

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS – UFMG
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS – FAFICH
BACHARELADO EM GESTÃO PÚBLICA

ISABELA TAVARES DE OLIVEIRA

**O USO EDUCACIONAL DAS TICs E O FOMENTO ÀS PRÁTICAS
PARTICIPATIVAS NA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS
GERAIS**

Belo Horizonte – MG

2018

ISABELA TAVARES DE OLIVEIRA

**O USO EDUCACIONAL DAS TICs E O FOMENTO ÀS PRÁTICAS
PARTICIPATIVAS NA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS
GERAIS**

Trabalho de Conclusão de Curso – TCC –
apresentado à Faculdade de Filosofia e Ciências
Humanas da Universidade Federal de Minas
Gerais, como requisito parcial à obtenção do
título de Bacharel em Gestão Pública.

Orientador: Ricardo Fabrino Mendonça.
Coorientador: Thales Torres Quintão.

Belo Horizonte – MG

2018

ISABELA TAVARES DE OLIVEIRA

**O USO EDUCACIONAL DAS TICs E O FOMENTO ÀS PRÁTICAS
PARTICIPATIVAS NA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS
GERAIS**

Trabalho de Conclusão de Curso – TCC –
apresentado à Faculdade de Filosofia e Ciências
Humanas da Universidade Federal de Minas
Gerais, como requisito parcial à obtenção do
título de Bacharel em Gestão Pública.

Orientador: Ricardo Fabrino Mendonça.
Coorientador: Thales Torres Quintão.

BANCA EXAMINADORA

Ricardo Fabrino Mendonça (Orientador) – UFMG/DCP

Thales Torres Quintão (Coorientador)

Marcus Abílio Gomes Pereira – UFMG/DCP

Belo Horizonte – MG

2018

RESUMO

A utilização das tecnologias de informação e comunicação (TICs) na administração pública permite melhoria contínua da qualidade dos serviços oferecidos pelo setor público, além de fomentar a inclusão da sociedade civil em suas ações, devido às praticidades de acesso e abrangência. O objetivo deste trabalho é apresentar a trajetória do ensino a distância da Escola do Legislativo da Assembleia Legislativa de Minas Gerais e mostrar, do ponto de vista dos participantes do curso “Planejamento e Orçamento Público”, como que o curso pode fomentar a participação popular e colaborar para a redução das assimetrias informacionais em algumas práticas participativas. O curso é oferecido com objetivo de capacitar os participantes das audiências de discussão do Plano Plurianual de Ação Governamental (PPAG) de Minas Gerais. Os dados utilizados nesta pesquisa foram coletados por meio de questionários e, por fim, observou-se que apesar das motivações e objetivos dos participantes divergirem do proposto pelo curso, o mesmo se mostrou como um aliado às práticas participativas.

Palavras-chave: Tecnologias de Informação e Comunicação; Ensino a distância; Assembleia Legislativa de Minas Gerais; Plano Plurianual de Ação Governamental; Participação popular.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Discussão Participativa dos projetos de Lei do PPAG e do Orçamento.....	28
--	----

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Atividades realizadas pela Escola do Legislativo da ALMG via ensino a distância em 2004	18
Quadro 2: Atividades realizadas pela Escola do Legislativo da ALMG via ensino a distância em 2005	18
Quadro 3: Atividades realizadas pela Escola do Legislativo da ALMG via ensino a distância em 2007	19
Quadro 4: Atividades realizadas pela Escola do Legislativo da ALMG via ensino a distância em 2008	19
Quadro 5: Atividades realizadas na plataforma de ensino a distância da Escola do Legislativo da ALMG entre os anos 2010 e 2016	21
Quadro 6: Atividades presenciais de Planejamento e Orçamento Público realizadas pela ALMG	30
Quadro 7: Dados sobre o curso “Planejamento e Orçamento Público” realizados pela Escola do Legislativo na modalidade EaD.....	31
Quadro 8: Dados de inscrição e participação das audiências de elaboração do PPAG 2016-2019, realizadas em 2015	33
Quadro 9: Dados de inscrição e participação das audiências de revisão do PPAG 2016-2019, para 2017, realizadas em 2016	34
Quadro 10: Dados de inscrição e participação das audiências de revisão do PPAG 2016-2019, para 2018, realizadas em 2017	35
Quadro 11: Divulgação do curso “Planejamento e Orçamento Público”	43

LISTA DE APÊNDICES

Apêndice 1: Perguntas do questionário	57
Apêndice 2: Roteiro das Entrevistas.....	58

LISTA DE SIGLAS

AMM - Associação dos Municípios Mineiros

ALMG - Assembleia Legislativa de Minas Gerais

BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento

CEFOP - Centro de Formação, Aperfeiçoamento e Treinamento

CPP - Comissão de Participação Popular

CREA - Conselho Regional de Engenharia e Agrimensura

EaD - Educação a Distância

ELE - Escola do Legislativo

ENAP - Escola Nacional de Administração Pública

FFO - Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

HPMG - História Política de Minas Gerais

ILB - Instituto Legislativo Brasileiro

LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias

LOA - Lei Orçamentária Anual

Moodle - *Modular Object-Oriented Dynamic Learning*

PLE - Propostas de Ação Legislativas

PMDI - Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado

PPAG - Plano Plurianual de Ação Governamental

SEPLAG - Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão

TIC - Tecnologia de Informação e Comunicação

UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais

UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 A EVOLUÇÃO DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA E O PODER LEGISLATIVO	12
2.1 A evolução da Educação a Distância (EaD) e as Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs)	12
2.2 O Poder Legislativo e o Uso Educacional de TICs	15
2.2.1 <i>Trajetória do ensino a distância na ALMG</i>	15
3 PARTICIPAÇÃO POPULAR E O PLANO PLURIANUAL DE AÇÃO GOVERNAMENTAL (PPAG)	23
3.1 Democracia participativa aliada às novas TIC's na ALMG	23
3.2 Participação popular nas audiências de discussão do Plano Plurianual de Ação Governamental (PPAG) de Minas Gerais realizadas pela Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG)	27
3.3 Capacitação para Revisão do PPAG - curso “Planejamento e Orçamento Público”	30
4 AS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO E AS PRÁTICAS PARTICIPATIVAS	37
4.1 Metodologia	37
4.2 Resultados e Discussão	39
4.2.1 <i>Perfil dos respondentes</i>	39
4.2.2 <i>As Tecnologias de Informação e Comunicação e suas contribuições</i>	40
4.2.3 <i>O curso “Planejamento e Orçamento Público e as práticas participativas</i>	42
5 CONCLUSÃO	50
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	52
APÊNDICES	57
ANEXO 1 - Cursos oferecidos na plataforma de ensino a distância pela Escola do Legislativo da ALMG em 2010	59
ANEXO 2 - Cursos oferecidos na plataforma de ensino a distância pela Escola do	

Legislativo da ALMG em 2011	60
ANEXO 3 - Cursos oferecidos na plataforma de ensino a distância pela Escola do Legislativo da ALMG em 2012	62
ANEXO 4 - Cursos oferecidos na plataforma de ensino a distância pela Escola do Legislativo da ALMG em 2013	64
ANEXO 5 - Cursos oferecidos na plataforma de ensino a distância pela Escola do Legislativo da ALMG em 2014	66
ANEXO 6 - Cursos oferecidos na plataforma de ensino a distância pela Escola do Legislativo da ALMG em 2015	67
ANEXO 7 – Cursos oferecidos na plataforma de ensino a distância pela Escola do Legislativo da ALMG em 2016	68

1 INTRODUÇÃO

A Escola do Legislativo (ELE) da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG) surgiu no início da década de 1990 com um papel importante de promoção da democracia através de atividades pedagógicas de educação para a cidadania e de capacitação dos servidores. Desde a sua criação, a Escola do Legislativo teve preocupação em adotar medidas que tornassem as suas atividades mais acessíveis aos seus alunos por meio da implementação das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs).

As Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs), resultado da fusão da informática, telecomunicações e mídias eletrônicas, possibilitam a ampliação das atividades desenvolvidas pelo Poder Legislativo utilizando meios de comunicação menos burocráticos. Além disso, estas tecnologias também permitem novas formas de participação, evitando a necessidade do deslocamento até o espaço físico da ALMG, e criando mecanismos de acessibilidade e inclusão de novos públicos. Dessa forma, o cidadão interessado tem a opção de participar dos cursos, seminários e oficinas por meio de computadores e celulares ligados a uma rede de Internet.

Ao longo das últimas décadas, a utilização destas tecnologias na Administração Pública permitiu melhoria contínua da qualidade dos serviços oferecidos pelo setor público. Segundo Pereira e Silva (2011), a implementação das TICs ampliou a eficácia e a eficiência dos serviços, a transparência dos atos administrativos, a fiscalização das ações governamentais e a participação popular no exercício da cidadania. Um fator que deve ser levado em consideração, segundo Ribeiro e Souza (2013), é que o conhecimento acumulado durante o desenvolvimento das atividades no âmbito do poder público, dentre elas o Poder Legislativo, precisa ser socializado, com base na premissa de que tal conhecimento pertence ao povo em última instância.

Uma das maneiras que o Poder legislativo mineiro encontrou de socializar o conhecimento acumulado e de integrar a sociedade civil nas ações da Casa, foi através do acompanhamento da atuação do Poder Executivo no processo de planejamento, implementação e avaliação das políticas públicas. O Plano Plurianual de Ação Governamental (PPAG), elaborado pelo Poder Executivo e aprovado pelo Poder Legislativo, tem como finalidade definir as diretrizes, metas e objetivos da administração pública com o prazo de quatro anos, entrando em vigor no ano seguinte a sua edição e sendo submetido a revisões anuais.

As revisões anuais do PPAG são abertas à intervenção direta da sociedade, possibilitando o acompanhamento das ações governamentais por meio de audiências públicas promovidas pela ALMG e pelo governo. A Escola do Legislativo (ELE) da ALMG, visando a capacitar os agentes públicos e representantes da sociedade civil que atuam nas dinâmicas do PPAG, oferece, anualmente, um curso, focado nos canais de participação popular, chamado “Planejamento e Orçamento Público”, que aborda assuntos relacionados desde a apresentação do ciclo orçamentário de Minas Gerais até a compreensão dos relatórios de monitoramento e avaliação do PPAG produzidos pelo Poder Executivo. Este curso é oferecido por meio da plataforma de ensino a distância da ALMG. A utilização deste meio é justificada pelo seu maior alcance às regiões do estado de Minas Gerais.

O presente trabalho tem como objetivo descrever a trajetória da plataforma de ensino a distância criada pela ALMG e analisar o curso “Planejamento e Orçamento Público” como uma ferramenta de fomento à capacitação da participação popular nas esferas de tomada de decisão, em destaque os representantes da sociedade civil que atuam nas audiências públicas de discussão do PPAG.

Para alcançar o resultado pretendido, este trabalho será estruturado em três capítulos. O primeiro deles abordará a evolução da Educação a Distância (EaD) e como são utilizadas as Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs). O segundo capítulo apresentará brevemente os mecanismos de participação popular na ALMG e como funciona a dinâmica do PPAG estadual. O terceiro, e último, capítulo será uma análise dos participantes do curso “Planejamento e Orçamento Público”, observando como a ALMG utiliza as TICs, para viabilizar, sobretudo, a capacitação dos agentes públicos e representantes da sociedade civil, e como os participantes do curso avaliam as consequências do mesmo.

Esse estudo visa contribuir para entender qual é o perfil dos participantes das atividades que envolvem a participação popular na ALMG e entender como as TICs podem contribuir para a integração da sociedade civil no Poder Legislativo mineiro, dado que este assunto tem grande relevância para a gestão pública, e nota-se uma crescente utilização das TICs nas instituições públicas.

2 A EVOLUÇÃO DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA E O PODER LEGISLATIVO

2.1 A evolução da Educação a Distância (EaD) e as Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs)

As tecnologias da informação e comunicação (TICs) estão presentes em quase todas as situações do cotidiano, influenciando diretamente na vida social, estabelecendo novas formas de acesso ao conhecimento e acelerando (ainda que não necessariamente intensificando) o contato entre pessoas em diversos tipos de atividades, tanto nos ambientes de trabalho quanto nos ambientes de entretenimento e lazer (SILVA e GARÍGLIO, 2010).

As tecnologias intelectuais situam-se fora dos sujeitos cognitivos, como este computador sobre minha mesa ou este livro em suas mãos. Mas elas também estão entre os sujeitos como códigos compartilhados, textos que circulam, programas que copiamos, imagens que imprimimos e transmitimos por via hertziana (LÉVY, 1993, p.173).

As TICs também são responsáveis pela abertura de espaços para novas concepções pedagógicas que atendam aos perfis dos aprendizes na atualidade, além de suprir as necessidades da cultura informacional (PAULA e MOURA, 2010). Para Maia e Mattar (2007, p. 7), é necessário respeitar o uso do tempo diferenciado por parte dos alunos, pois estes “progridem em ritmos próprios, muitas vezes, bastantes diferentes uns dos outros nos processos de aprendizagem”. Assim, a utilização de mecanismos de educação a distância (EaD) “possibilita a manipulação do espaço e do tempo, em favor da educação” (MAIA e MATTAR, 2007, p.7)

As novas tecnologias possibilitam que o processo de ensino-aprendizagem saia dos espaços tradicionais - professor e aluno dentro de uma sala de aula - criando uma relação virtualizada e com novos espaços de interação chamadas de comunidades virtuais. De acordo com Lévy (1999), tais comunidades “parecem ser um excelente meio (entre centenas de outros) para socializar, quer suas finalidades sejam lúdicas, econômicas ou intelectuais, quer seus centros de interesse sejam sérios, frívolos ou escandalosos”. (LÉVY, 1999, p.132)

Maia e Mattar (2007) definem a educação a distância como “uma modalidade de educação em que professores e alunos estão separados, planejada por instituições e que utiliza diversas tecnologias de comunicação” (p. 8). Essa separação pode ser tanto espacial, como temporal. Na separação espacial, aluno e professor estão distantes fisicamente, avançando a

proposta de que “o aprendizado não deve ocorrer apenas na sala de aula” (MAIA e MATTAR, 2007, p.8). Na separação temporal, as atividades podem ser assíncronas, sendo que alunos e professores não precisam necessariamente estar conectados no mesmo instante. Conteúdos e alternativas de aprendizagem são oferecidos para o aluno de maneira que o mesmo se torne responsável pelo seu próprio processo de aprendizagem.

Para Maia e Mattar (2007), a ideia de comunicação a distância está presente desde a invenção da escrita. A partir deste momento, ocorre a libertação da comunicação, pois “não é mais necessário que as pessoas estejam presentes, no mesmo momento e local” (MAIA e MATTAR, 2007, p.22) A trajetória daquilo que ficou conhecido mais especificamente como EaD só se iniciou, contudo, em meados do século XIX, junto com desenvolvimento dos meios de transporte e comunicação, podendo ser dividida em três gerações. Na primeira geração, os materiais utilizados eram impressos e encaminhados pelo correio. Posteriormente, durante a segunda geração, o EaD passa a utilizar a televisão, o rádio, o telefone e as fitas de áudio e vídeo. A terceira geração introduziu a utilização da rede de computadores, além de estabelecer uma interação com todas as mídias das gerações anteriores (MAIA e MATTAR, 2007, p.22).

Segundo Santos (2014), o ensino a distância é uma das instâncias educacionais que teve notável desenvolvimento no que se refere ao uso das TICs. Pois, a educação nacional já possui uma tradição de longa data através de diversos cursos por correspondência oferecidos por várias entidades, principalmente as dedicadas a uma formação técnica não oficial. O principal meio de comunicação utilizado “era o envio de fascículos e de correspondências, através das quais se dava a remessa de exercícios e testes” (SANTOS, 2014, p.10).

No Brasil, as principais referências do desenvolvimento da EaD são as Escolas internacionais e cursos por correspondência, a Rádio-Escola, a Rádio Monitor, o Instituto Universal Brasileiro - IUB, a voz da Profecia, o *Ocidental School*, o Padre Landell, o Projeto Saci, o Projeto Minerva, o Telecurso, o Cier e o Salto para o Futuro (MAIA e MATTAR, 2007). Instituições públicas - nos níveis municipal, estadual e federal -também incorporaram as TICs, visando a capacitar os seus servidores e ampliar a sua comunicação com a sociedade.

Na Administração pública, a reforma do Estado dos anos 1990, no contexto mais amplo de uma intensificação dos processos de globalização, impulsionou a implementação das TICs nas instituições públicas, fomentando alterações nas relações sociais em diversos sentidos, com destaque para as novas ferramentas de controle e transparência dos atos públicos.

A reforma do Estado “traduzia a necessidade da redefinição do papel do Estado na economia e no seu relacionamento com a sociedade” (REIS, 2014, p. 105) e o método utilizado para implementá-la foi a partir de três dimensões:

a primeira, institucional-legal, trata da reforma do sistema jurídico e das relações de propriedade; a segunda é cultural, centrada na transição de uma cultura burocrática para uma cultura gerencial; a terceira dimensão, considerada a mais difícil pelos arquitetos do Plano, aborda a gestão pública a partir do aperfeiçoamento da administração burocrática vigente e da introdução da administração gerencial, incluindo os aspectos de modernização da estrutura organizacional e dos métodos de gestão. (REIS, 2014, p. 126)

Neste contexto de mudanças, o desenvolvimento das TICs no setor público brasileiro foi impulsionado com vistas a aproximar de um Estado Gerencial, trazendo maior agilidade e eficiência na gestão pública, ampliando os públicos não estatais, e tendo também maior publicização, transparência e controle socio-estatal. A Constituição Federal de 1988 define que cada Poder do Estado - Legislativo, Executivo e Judiciário - possui a sua função tradicional, sendo elas de legislar, administrar e julgar, respectivamente. A utilização das TICs por esses poderes surgiu como modo de incrementar a realização dessas funções e atribuições. Algumas das maneiras como os três Poderes têm utilizado essas ferramentas incluem a criação de portais de fomento à participação popular, o estabelecimento de portais de fiscalização e transparência dos atos administrativos, o estabelecimento de plataformas que permitem o melhor acompanhamento de processos e, também, atividades pedagógicas, por meio do EaD.

As atividades pedagógicas desenvolvidas dentro das instituições públicas se assemelham ao conceito de educação para a democracia, definido por Benevides (1996, p.228) em duas dimensões, sendo que “a primeira consiste em formação do cidadão para viver os grandes valores republicanos e democráticos” e a ”segunda dimensão consiste na cidadania ativa, ou seja, a formação para a participação na vida pública”. (BENEVIDES, 1996, p.228). Este trabalho se volta à compreensão do uso de EaD na Assembleia Legislativa de Minas Gerais. Assim, nosso próximo passo é a apresentação da própria instituição e sua trajetória de implementação do EaD.

2.2 O Poder Legislativo e o Uso Educacional de TICs

Para os objetivos deste trabalho, importa ressaltar que o Poder Legislativo vem fazendo múltiplos usos de TICs, no intuito de contribuir para sua pluralidade de ações. O Poder Legislativo no âmbito estadual é representado pelas Assembleias Legislativas, que estão localizadas nas capitais de todos os estados da Federação. A lista de funções do Parlamento “abarca a elaboração das leis, a fiscalização da administração pública, a deliberação sobre assuntos de sua competência privativa, o julgamento de determinadas autoridades públicas e a atividade político-parlamentar” (RESENDE, 2015, p.8). Além das funções tradicionais, o Parlamento possui a função educadora que abrange atividades de aprimoramento dos seus servidores e de formação da cidadania para a sociedade civil.

Para realizar as atividades de função educadora, as Assembleias criaram as Escolas do Legislativo (ELE), órgãos equivalentes às escolas de Governo do Poder Executivo. A Assembleia Legislativa de Minas Gerais foi pioneira na criação de uma Escola do Legislativo, em 1992, e serviu de modelo para todas as assembleias legislativas estaduais e diversas câmaras municipais. (RESENDE, 2015, p.19).

Segundo a análise feita por Mendonça e Cunha (2012), a partir do estudo realizado por Leston-Bandeira (2007), nas Casas Legislativas “as TICs podem fortalecer a eficiência do parlamento em todas as suas atribuições, criando canais de interlocução junto a vários públicos e fomentando a transparência de instituições governamentais”. As TICs devem ser usadas nas Casas Legislativas para: “(1) criar novas possibilidades comunicativas junto a públicos diversos; (2) disseminar informações de maneira ágil e barata; e (3) tornar mais eficientes processos internos de gestão.” (MENDONÇA e CUNHA, 2012, p. 179)

A seguir será apresentada a trajetória da educação a distância (EaD) na Escola do Legislativo (ELE) da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG) abordando os principais fatos que justificam a implementação desta modalidade de ensino.

2.2.1 Trajetória do ensino a distância na ALMG

A Escola do Legislativo (ELE) da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG) surgiu no início da década de 90, substituindo o então Programa Permanente de Treinamento, Desenvolvimento e Avaliação. Esse programa contava com ações de suporte ao

funcionamento da ALMG, capacitando os seus servidores e desenvolvendo atividades voltadas para a aproximação do Legislativo com a sociedade, sobretudo a comunidade escolar (COSSON, 2008). Essas ações estão em sintonia com as três frentes que regem a atuação das Escolas do Legislativo definidas por Ribeiro, Oliveira e Duarte (2012), segundo quem as Escolas do Legislativo devem cuidar da capacitação do corpo funcional da própria instituição e da gestão do conhecimento próprio do Legislativo, além de atender a demanda da sociedade por atividades que auxiliem as pessoas a conhecer melhor o poder Legislativo, em especial, os membros da classe estudantil.

Nessa mesma década, também foram implementadas ações digitais que possibilitaram a ampliação das atividades desenvolvidas pelo Poder Legislativo através de meios de comunicação menos burocráticos e de amplo acesso. Isso permitiu que o interessado em participar das atividades desenvolvidas no âmbito do Poder Legislativo mineiro não tenha que se deslocar até o espaço físico da ALMG. Contribui, assim, e em tese, para a diminuição das assimetrias informacionais. A partir desse momento, o aluno pode ter acesso aos conteúdos de qualidade, oferecidos pela ALMG e participar das atividades utilizando computadores e celulares ligados a uma rede de Internet. Assim a ALMG consegue cumprir com uma das suas funções que é definida por Endler (2000) de que “os governos têm a função de garantir o acesso ao cidadão a essas novas tecnologias, usando-as como incentivadoras da democracia e não como barreiras onde existam os que têm acesso e os excluídos” (p. 5). Porém, outro ponto importante citado pelo autor está em conformidade com Wyckoff (1999) de que os governos têm que desenvolver políticas que visam a reduzir as discrepâncias culturais e educacionais para permitir que todos tenham acesso a internet e façam parte da sociedade da informação (ENDLER, 2000, p. 4).

Atualmente, o Núcleo de Tecnologias Educacionais é o setor responsável pela intermediação e a coordenação dos cursos oferecidos pela ELE. O núcleo é composto por servidores de diversas áreas de formação e cada servidor possui uma função determinada para melhor atender as demandas da plataforma e dos alunos.

O ensino a distância na ELE/ALMG possui diretrizes que foram definidas por Ribeiro e Souza (2013) e que tiveram presentes desde o início das atividades até os dias de hoje, a saber: a cooperação interinstitucional¹, a flexibilidade de *designs* dos cursos² e a socialização

¹ A cooperação interinstitucional é a diretriz que “orienta a ação da Escola do Legislativo da ALMG em suas diversas frentes de atuação e, em cumprimento a ela, a Escola participa de forma efetiva das redes de escolas de governo, que se organizam no âmbito nacional e estadual” (RIBEIRO e SOUZA, 2013, p.54).

² A flexibilidade de *designs* dos cursos vai de acordo com os respectivos objetivos. Cada atividade realizada possui uma demanda diferente e a flexibilidade se adapta ao conteúdo e ao seu público-alvo. As diversas

do conhecimento acumulado³. A seguir serão apresentadas as principais atividades e acontecimentos da trajetória do EaD na ELE/ALMG com base nessas três diretrizes.

Na Plataforma da ELE, todos os cursos são montados visando fornecer uma interação proveitosa entre aluno e conteúdo, principalmente para aqueles que nunca tiveram acesso a um curso online. Para todos, são fornecidos guia de funcionamento da plataforma, cronograma das atividades, fóruns de discussão e também uma área para suporte técnico.

Para entender melhor o funcionamento destas tecnologias nas instituições públicas e seus desdobramentos, é necessário entender o contexto histórico em que foram criadas e quais fatores colaboraram para que fossem implementadas. Pois, no atual contexto mundial, em que ocorrem diversas transformações na relação entre comunicação e transmissão do conhecimento, a implementação das TICs tem de “acompanhar consciente e deliberadamente uma mudança de civilização que questiona profundamente as formas institucionais, as mentalidades e a cultura dos sistemas educacionais tradicionais e sobretudo os papéis de professor e de aluno.” (LEVY, 1999, p. 173).

A trajetória da modalidade de ensino a distância na Escola do Legislativo da ALMG iniciou com o emprego da comunicação por correio eletrônico, na década de 1990, para viabilizar as discussões e leituras entre câmaras municipais mineiras. Em seguida, o material desenvolvido nestas discussões e leituras foi transformado em uma cartilha eletrônica, nomeada de Educação para a cidadania.

Em 1997, o Centro de Processamento de Dados do Senado Federal (Prodasen) criou o *Programa Interlegis* com o intuito de fortalecer institucionalmente o Poder Legislativo brasileiro, oferecendo diversos produtos e serviços sem custos para as casas parceiras. Este programa conectou à internet 100 câmaras municipais do país e instalou salas de videoconferências e salas multiuso nas 26 Assembleias Legislativas do Brasil, na Câmara Legislativa do Distrito Federal e no Tribunal de Contas da União. O programa foi executado pelo Instituto Legislativo Brasileiro (ILB) e operou em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

A Escola do Legislativo da ALMG participou do *Programa Interlegis* entre os anos de 2004 a 2008. No primeiro ano da implementação do programa, em 2004, foram realizados

atividades oferecidas na plataforma foram estruturadas como cursos, seminários, oficinas, e também como área de apoio de pedagógico. Podendo também adotar o modelo auto instrucional, onde o aluno é autônomo no seu processo de aprendizagem e não conta com a presença de um tutor, e o modelo instrucional, que possui um tutor para acompanhar o aluno durante o curso.

³ No setor público é preciso “socializar o conhecimento acumulado no desenvolvimento de suas atividades. Toda atividade profissional, seja pública ou privada, baseia-se em conhecimento e, inevitavelmente, também produz e reproduz esse conhecimento”. (RIBEIRO e SOUZA, 2013, p.54).

quatro tutoriais de cursos oferecidos pelo *Interlegis* (via internet) e outras 58 atividades (Palestras, cursos, seminários, congressos, reuniões de trabalhos) recepcionadas via videoconferência. No total, houve 426 participantes em todas as atividades. O quadro abaixo apresenta as atividades desenvolvidas, o seu público-alvo e a quantidade de participantes em cada atividade e no total.

Quadro 1: Atividades realizadas pela Escola do Legislativo da ALMG via ensino a distância em 2004

Atividade	Público	Participantes
Tutoria de Curso: Lei de Responsabilidade Fiscal (via internet)	Público em Geral	28
Tutoria de Curso: Orçamento Público (via internet)	Público em Geral	20
Tutoria de Curso: Busca de Qualidade (via internet)	Público em Geral	24
Tutoria de Curso: O Papel do Vereador (via internet)	Público em Geral	27
Curso a distância: O Parlamento Brasileiro: passado, presente e futuro (via videoconferência)	Jornalistas, assessores de imprensa, servidores públicos e pessoas interessadas	27
Videoconferências: Palestras, cursos, seminários, congressos, reuniões de trabalhos. (57 atividades recepcionadas)	Público em Geral	300
TOTAL		426

Fonte: MINAS GERAIS, 2005.

Em 2005, foram realizadas duas atividades de tutoria de cursos oferecidos pelo *Interlegis* (via internet), uma transmissão de curso oferecido pelo Banco Mundial e pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) (via videoconferência) e outras 83 atividades recepcionadas via videoconferências. O Quadro abaixo apresenta todas as atividades desenvolvidas, o seu público-alvo, a carga horária e a quantidade de participantes em cada atividade e no total.

Quadro 2: Atividades realizadas pela Escola do Legislativo da ALMG via ensino a distância em 2005

Atividade	Público	Carga Horária	Participantes
Curso: Papel do Vereador (*)	Público em Geral	20 horas	13
Curso: Lei de Responsabilidade Fiscal (*)	Público em Geral	20 horas	25
Curso: Gestão de qualidade do Ar em Centro Urbanos (**)	Servidores, profissionais e especialistas em gestão do ar	18 horas	32
Videoconferências	Público em Geral	415 horas	242
TOTAL		773	312

Fonte: MINAS GERAIS, 2006. (*) Tutorial local de cursos oferecidos pelo *Interlegis* (via internet) (**) Transmissão de curso oferecido pelo Banco Mundial e UFRJ (via videoconferência)

A trajetória do ensino a distância na ELE/ALMG deu um novo passo em 2006 com a criação do curso *História Política de Minas Gerais – Uma introdução crítica (HPMG)*. O curso tinha como objetivo viabilizar discussões e leituras relacionadas à história política do estado, tendo como público-alvo os servidores da Assembleia e também o público externo. Na sua primeira edição, teve 59 participantes, utilizando a plataforma gratuita do *Yahoo Grupos*, que permite reunir um grupo para troca de mensagens relativas a um assunto específico e criar listas de discussão. No mencionado ano, foram realizadas também as transmissões de 39 videoconferências por intermédio do *Programa Interlegis* (MINAS GERAIS, 2007)

Em 2007, foram realizadas duas turmas do curso *História Política de Minas Gerais*, e cinco turmas em parceria com o *Programa Interlegis* do curso Redação Oficial. O quadro abaixo apresenta todas as atividades desenvolvidas, o seu público-alvo, a carga horária e a quantidade de participantes em cada atividade e no total.

Quadro 3: Atividades realizadas pela Escola do Legislativo da ALMG via ensino a distância em 2007

Atividade	Público	Carga Horária	Participantes
Redação Oficial (Parceria <i>Interlegis</i>) - 5 turmas	Público em geral	30 horas	500
História Política de Minas Gerais: uma introdução Pública em geral crítica - 2 turmas	Público em geral	120 horas	192
TOTAL		150 horas	692

Fonte: MINAS GERAIS, 2008, p.23

Com o apoio do *Interlegis*/Senado Federal, a Escola do Legislativo, em 2008, implementou a *Plataforma Moodle (Modular Object-OrientedDynamic Learning)* para ser o ambiente virtual de aprendizagem da ALMG. A *Plataforma Moodle* é o *software* livre de apoio à aprendizagem que possibilita a criação de uma comunidade colaborativa virtual utilizada tanto para dar suporte à Educação a Distância, quanto para dar apoio a cursos presenciais, grupos de estudo, e treinamentos. No primeiro ano da sua implementação, a plataforma de ensino a distância da ALMG ofereceu dois cursos, que teve como público preferencial vereadores, assessores e servidores de câmaras municipais. O quadro abaixo apresenta as atividades desenvolvidas durante o ano de 2008.

Quadro 4: Atividades realizadas pela Escola do Legislativo da ALMG via ensino a distância em 2008

Atividade	Público	Carga Horária	Participantes
História Política de Minas Gerais: uma introdução Pública em geral crítica - Plataforma ALMG	Preferencialmente vereadores, assessores e servidores de câmaras municipais.	60 horas	48
Correspondência Oficial - Plataforma ALMG	Preferencialmente vereadores, assessores e servidores de câmaras municipais.	30 horas	34
Poder e Processo Legislativo Municipal - Plataforma <i>Interlegis</i>	Preferencialmente vereadores, assessores e servidores de câmaras municipais.	50 horas	80
TOTAL		150 horas	152

Fonte: MINAS GERAIS, 2009

Em 2009, foram realizados quatro cursos utilizando o ambiente de aprendizagem virtual da ALMG destinados preferencialmente aos servidores de câmaras municipais, visando complementar as ações presenciais de capacitação, destinadas a esse público. No total, 170 alunos concluíram os cursos. Neste ano, em parceria com a TV Assembleia foram produzidos vídeos educativos, para serem utilizados pelas câmaras municipais, com um panorama histórico da dinâmica demográfica e territorial do Estado, das últimas décadas do século XVII e o primeiro volume da Coleção *Videoaula - Planejamento e Orçamento*, utilizado como suporte didático pelos multiplicadores formados pela Escola nas ações de capacitação que foram realizadas no interior de Minas.

Em 2010, o Direcionamento Estratégico da ALMG (Resolução N° 5.334), que trata das estratégias de atuação do Poder Legislativo para o período de 2010-2020, em seu Artigo 5°, definiu como ação estratégica o investimento na educação a distância com vistas a promover a capacitação de agentes públicos e sociais e a educação para a cidadania. Para estruturar e formar a equipe do núcleo de EaD, a Escola do Legislativo entrou em contato com professores para elaboração de novos cursos. (MINAS GERAIS, 2011, p.9)

Com o objetivo de materializar os compromissos do seu “Direcionamento Estratégico Assembleia 2020”, em 2010 foram realizadas 8 atividades utilizando a plataforma de ensino a distância, que somaram 170 horas/aula e 664 participantes.

O Quadro abaixo apresenta a número de atividades realizadas entre os anos de 2010 e 2016, a carga horária oferecida e o quantitativo de participantes. Os dados ressaltam o crescimento do número de participantes nas atividades aos longos dos anos e a capacidade

inclusiva das ações realizadas.

Quadro 5: Atividades realizadas na plataforma de ensino a distância da Escola do Legislativo da ALMG entre os anos 2010 e 2016

Ano	Atividades	Carga Horária	Participantes
2010 ⁴	8	170	664
2011 ⁵	24	453	936
2012 ⁶	28	536	868
2013 ⁷	22	261	886
2014 ⁸	16	169	769
2015 ⁹	19	179	1022
2016 ¹⁰	23	344	2421

Fonte: MINAS GERAIS, 2011. MINAS GERAIS, 2012. MINAS GERAIS, 2013. MINAS GERAIS, 2014. MINAS GERAIS, 2015. MINAS GERAIS, 2016. MINAS GERAIS, 2017.

Em 2011, além das atividades realizadas via *Moodle*, foram realizadas outras atividades visando alinhamento conceitual do Planejamento Estratégico 2010-2020 e outras atividades como: Participação na produção do programa TV Escola, da TV Assembleia, sobre “História Política de Minas Gerais” e “Planejamento e Orçamento Público”; Produção e acompanhamento de edição do programa de rádio “Essa música tem história”, em parceria com a Rádio Assembleia (seis programas); Apresentação da plataforma *Moodle* e do Programa de EaD da ALMG para técnicos do Tribunal de Contas do Estado; Conexão Assembleia – Oferta do Curso de Formação de Tutores em parceria com a UFMG (MINAS GERAIS, 2012)

Em 2012, o curso “Processo Legislativo nos Estados da Federação Brasileira” foi

⁴ Relatório com todas as atividades realizadas em 2010 com seus respectivos nomes, período de realização, público-alvo, carga-horária e quantitativo de participantes – ANEXO 1

⁵ Relatório com todas as atividades realizadas em 2011 com seus respectivos nomes, período de realização, público-alvo, carga-horária e quantitativo de participantes – ANEXO 2

⁶ Relatório com todas as atividades realizadas em 2012 com seus respectivos nomes, período de realização, público-alvo, carga-horária e quantitativo de participantes – ANEXO 3

⁷ Relatório com todas as atividades realizadas em 2013 com seus respectivos nomes, período de realização, público-alvo, carga-horária e quantitativo de participantes – ANEXO 4

⁸ Relatório com todas as atividades realizadas em 2014 com seus respectivos nomes, período de realização, público-alvo, carga-horária e quantitativo de participantes – ANEXO 5

⁹ Relatório com todas as atividades realizadas em 2015 com seus respectivos nomes, período de realização, público-alvo, carga-horária e quantitativo de participantes – ANEXO 6

¹⁰ Relatório com todas as atividades realizadas em 2016 com seus respectivos nomes, período de realização, público-alvo, carga-horária e quantitativo de participantes – ANEXO 7

realizado em parceria com o Cefor¹¹, e o *Interlegis* e teve mais duas ofertas realizadas em 2013 e 2015 (MINAS GERAIS, 2013, 2014, 2016)

Em 2014, o curso “Planejamento e Mobilidade Urbana” foi realizado pela ELE em parceria com a Secretaria de Desenvolvimento Urbano, do Governo do estado de Minas Gerais, e contou com o apoio da Escola de Governo da Fundação João Pinheiro, Crea¹², Ministério Público de Minas Gerais, Faculdade de Arquitetura da UFMG, Núcleo Jurídico de Políticas Públicas, BHTrans¹³ e a AMM¹⁴. Nesse ano, também foi realizado o curso “A Câmara Municipal e o Processo Legislativo” em parceria com a Escola do Legislativo do Estado do Rio de Janeiro (MINAS GERAIS, 2015).

Em 2016, o curso “Lei Federal de Fomento e Colaboração (Lei 13.019/2014)” foi realizado em parceria com o Governo do Estado de Minas Gerais e com o Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais. Este curso teve como público servidores públicos e profissionais das organizações da sociedade civil (MINAS GERAIS, 2017).

No dia 05 de dezembro de 2016 a Escola do Legislativo participou e foi sede do Encontro das Escolas de Governo de Minas Gerais. O encontro teve discussão de temas relacionados às Escolas de Governo, EaD e a formação de agentes públicos. No encerramento teve uma palestra ministrada pelo professor Francisco Gaetani, presidente da Escola Nacional de Administração Pública (Enap), sobre a qualificação profissional e a administração pública (MINAS GERAIS, 2017, p. 76).

Desde a implementação da Plataforma *Moodle*, a Escola do Legislativo abriu caminho para a incorporação de novas metodologias e técnicas de educação em rede e ensino a distância. As mudanças e aprimoramentos na trajetória do EaD na ELE/ALMG ocorreram com vistas a atender as demandas dos novos aprendizes que tendem a ser autônomos, independentes, além de protagonistas do seu processo de aprendizagem “na medida em que são capazes de intervir em seu ambiente e modificá-lo de acordo com seus perfis informacionais” (PAULA e MOURA, 2010, p.21), proporcionando flexibilidade no espaço e/ou no tempo para a realização das atividades através da implementação de novas técnicas de *e-learning*. No próximo capítulo, serão apresentados os mecanismos de participação popular dentro da ALMG e, também, como a educação a distância é utilizada para fomentar essa participação da sociedade civil na ALMG.

¹¹ Centro de Formação, Aperfeiçoamento e Treinamento (CEFOR) da Câmara dos Deputados.

¹² Conselho Regional de Engenharia e Agrimensura (CREA)

¹³ Empresa de Transportes e Trânsito de Belo Horizonte

¹⁴ Associação dos Municípios Mineiros

3 PARTICIPAÇÃO POPULAR E O PLANO PLURIANUAL DE AÇÃO GOVERNAMENTAL (PPAG)

3.1 Democracia participativa aliada às novas TIC's na ALMG

A democracia é reconhecida como “forma de governo na qual o poder é exercido por todo o povo, ou pelo maior número, ou por muitos, e enquanto tal se distingue da monarquia e da aristocracia, nas quais o poder é exercido, respectivamente, por um ou por poucos” (BOBBIO, 1987, p.137). Desde o seu surgimento, na Grécia Antiga, sob forma direta, a democracia passou por diversos processos de transformações que envolvem os mecanismos de participação popular na política e o seu papel nas arenas de tomada de decisão.

Entre o final do século XVIII e início do século XIX, a partir dos movimentos revolucionários¹⁵, a democracia foi se constituindo no modelo no representativo (indireto), reconhecido como forma de organização política em que se elegem representantes para gerir os interesses da sociedade (GARCIA, 2002, p.9).

No Brasil, o modelo adotado, atualmente, apresenta características dos dois modelos (direta e indireta), nomeado como democracia semidireta. Segundo Garcia (2002) este modelo “contempla equilíbrio pela operação, de um lado, da representação política e, de outro, da soberania popular direta” (p. 10), sendo que a soberania será exercida, de acordo com o artigo 14 da Constituição Brasileira de 1988, mediante plebiscito, referendo e iniciativa popular.

Inerente a qualquer discussão sobre democracia, o conceito de participação popular ganhou novos contornos nos últimos anos da década de 1960, em meio a uma onda de reivindicações por aberturas de novas áreas de participação por parte dos estudantes ou outros grupos que buscavam a implementação de direitos (PATEMAN, 1992). A intensificação dos movimentos em prol de participação mais intensa opõe-se às teorias como a de Schumpeter, segundo quem o único meio adequado de participação política é o voto para a escolha de lideranças a quem caberia o governo. A participação não teria nesses enfoques chamados de elitistas um papel especial ou central, devendo ser resumida à escolha dos governantes (PATEMAN, 1992, p.14). Pateman defende a necessidade de expansão e fortalecimento da democracia em muitas esferas da vida.

Contudo, para que isso ocorra e que a participação da sociedade civil no processo político seja vista de maneira efetiva:

¹⁵ Revoluções que marcaram o fim da Idade Moderna e o início da Idade Contemporânea.

(...) é necessário observar vários aspectos, como o conhecimento dos participantes acerca dos problemas em questão, seu grau de independência e de igualdade de poder no processo deliberativo, de maneira que o ato de participar influencie verdadeiramente as decisões e faça o cidadão sentir que seu envolvimento faz diferença no processo político. (SOARES, 2013, p35)

Na mesma linha, Martins (2012, p.22) afirma que “as instituições políticas são frequentemente questionadas na sua capacidade de representar a pluralidade da sociedade” e, para atender essa pluralidade, as instituições criaram uma série de meios e canais de prestação de contas, fiscalização e controle sobre o trabalho no Executivo e no Legislativo.

No Brasil, a participação popular ganhou um papel especial na criação do Orçamento Participativo em Porto Alegre, que, dentre as diversas formas de participação que emergiram no país após a Ditadura Militar, foi a que apresentou maior relevância na criação de um significado para o termo de participação, com criação de espaços reais de participação pela sociedade civil (SANTOS e AVRITZER, 2002, p.65).

E se a participação mostra-se central para o fortalecimento da democracia, há quem assinale a centralidade da informação para assegurar participação efetiva. Araújo (1999, p. 155) considera que:

(...) a construção da cidadania ou de práticas de cidadania passa necessariamente pela questão do acesso e uso de informação, pois tanto a conquista de direitos políticos, civis e sociais, como a implementação dos deveres do cidadão dependem fundamentalmente do livre acesso à informação sobre tais direitos e deveres, ou seja, depende da ampla disseminação e circulação da informação e, ainda, de um processo comunicativo de discussão crítica sobre as diferentes questões relativas à construção de uma sociedade mais justa e com maiores oportunidades para todos os cidadãos (ARAUJO, 1999).

Segundo uma análise realizada por Leston-Bandeira e Tibúrcio (2015), o crescimento da democracia participativa levanta um questionamento da cadeia tradicional de delegação e dá lugar à integração dos cidadãos na deliberação de políticas públicas. No Poder Legislativo,

a maioria da atividade parlamentar ainda é, naturalmente, muito um ciclo fechado - entre a classe política, grupos de pressão e os meios de comunicação -, mas existe uma pressão crescente para que este ciclo se abra aos cidadãos, em vez de depender, em exclusivo, da legitimidade delegada do parlamento. (LESTON-BANDEIRA E TIBÚRCIO, 2015, n.p.)

Para que ocorra a abertura do Legislativo para os cidadãos, é necessário “uma mudança fundamental na forma como os parlamentos operam e na forma como se relacionam com os cidadãos e, em última instância, na forma como entendemos a representação parlamentar.” (LESTON-BANDEIRA E TIBÚRCIO, 2015, p.). A Assembleia Legislativa de Minas Gerais preocupa-se, há anos, com questões dessa natureza, entendendo que a

participação da sociedade civil tem grande relevância no cumprimento de suas atribuições.

Assim,

(...) diversas iniciativas têm sido desenvolvidas no sentido de promover maior envolvimento dos públicos com a política para além do processo eleitoral, o que indica um cenário de muitas oportunidades, mas também de diferentes desafios para os que desejam participar e para os que promovem a participação (FIGUEIREDO E SARAIVA, 2016, p.11)

Apesar de se preocupar com a inclusão da sociedade civil nas suas ações, a ALMG ainda apresenta barreiras que a dificultam a participação política (FIGUEIREDO e SARAIVA,2016). As principais barreiras analisadas no Relatório *Open Up!*, produzido em 2015 pela Comissão de Democracia Digital da Presidência da Casa dos Comuns do Parlamento Britânico, podem ser aplicadas na ALMG: (1) Falta de compreensão a respeito de política e acerca do Parlamento; (2) Jargões e linguagem difícil; (3) Dificuldades em encontrar informação sobre o Parlamento e suas atividades; (4) Sensação de que o Parlamento não é relevante; (5) Sensação de que a participação será pontual e que os políticos não irão ouvi-la; (6) Falta de oportunidades de envolvimento com o Parlamento. (FIGUEIREDO E SARAIVA, 2016, p.14)

Além destas seis barreiras, os autores acrescentaram uma sétima, mencionada no relatório da União Interparlamentar: a falta de *feedback* institucional quanto à participação. (FIGUEIREDO E SARAIVA, 2016, p.14)

Mendonça e Cunha (2012) acreditam que a implementação das TICs possa ter um impacto fundamental no fortalecimento da intensidade participativa. Estes impactos seriam:

(1) reduzir os custos da participação para os cidadãos; (2) facilitar a relação entre sujeitos e instituições espacialmente distantes; (3) aumentar o estoque de informações acessíveis aos cidadãos; (4) utilizar meios e linguagens capazes de atrair jovens e pessoas que tradicionalmente participam pouco; (5) estabelecer formas de participação integradas à vida cotidiana dos sujeitos; (6) fomentar interações assíncronas que permitem a cidadãos com diferentes disponibilidades de tempo e hábitos estabelecerem interlocuções. (MENDONÇA e CUNHA, 2012, p.178)

Logo em seguida, os autores apresentam também os impactos negativos da utilização de tais dispositivos, que seriam:

(1) a exclusão digital, que mantém uma enorme quantidade de cidadãos sem acesso ou condições de fazer uso da internet; (2) a conseqüente intensificação de assimetrias sociais, na medida em que se concede aos já privilegiados um novo instrumento de influência; (3) a possibilidade de que sujeitos se comportem de maneira irresponsável e desrespeitosa, dada a inexistência dos constrangimentos presenciais e, em alguns casos, o anonimato das relações; (4) a baixa qualificação das mensagens, que prescindem de maior embasamento; (5) a censura (prévia ou

posterior) exercida por moderadores e instituições responsáveis pela iniciativa; (6) a concentração de comentários de alguns poucos participantes e o alto número de pessoas que posta apenas uma vez (os one-timers) sem entrar em diálogo com os demais participantes. (MENDONÇA e CUNHA, 2012, p.179)

Sobre estes aspectos negativos podemos concordar com Chauí (1989) para quem “a democracia declara os direitos universais do homem e do cidadão, mas a sociedade está estruturada de tal forma que tais direitos não existem de fato para a maioria da população”. (Chauí, 1989, apud Gedoz, s/d., p.3). Segundo Brito, Freixo e Silva (2007) “não se pode discutir a questão da democracia sem levar em conta a necessidade de educação para o exercício pleno da democracia” (p. 7), isso implica que é necessário uma formação de uma consciência ética que seja “capaz de promover uma mudança de mentalidades, de combater preconceitos e discriminações e enraizar hábitos e atitudes de reconhecimento e respeito pela dignidade de todos” (BRITO, FREIXO e SILVA, 2007, p.7).

A ALMG, em 1992, criou a ELE com vistas a combater esses impactos apresentados acima e promover a educação para a cidadania. Entretanto, além da criação da ELE, a ALMG implementou também outros mecanismos de participação popular sendo algumas aliadas às novas tecnologias de informação (TICs). Dentre elas, destaco: o portal de “*Políticas Públicas Ao Seu Alcance*”, “*Envie sua Sugestão de Projeto de Lei*”, “*Dê Sua Opinião Sobre Projetos Em Tramitação*”, a página “*Acompanhe: Planejamento e Orçamento Público*”, os seminários legislativos, os fóruns técnicos, os ciclos de debate e as audiências públicas.

O portal de “*Políticas Públicas Ao Seu Alcance*¹⁶” tem como objetivo facilitar o entendimento de dados e informações sobre as políticas públicas do Estado de Minas Gerais, utilizando um formato acessível ao público. A estrutura adotada para representação das políticas públicas neste site foi a de uma árvore, em que cada nodo representa uma política pública. Acredita-se que a compreensão dessas informações incentiva a participação popular na elaboração de novas políticas e aprimora o seu acompanhamento.

Outros recursos oferecidos no site da ALMG são o “*Envie sua Sugestão de Projeto de Lei*¹⁷” e o “*Dê Sua Opinião Sobre Projetos Em Tramitação*¹⁹”. Estas ferramentas permitem que cidadãos individualmente façam sugestões legislativas e também permite o acesso ao conteúdo completo dos projetos em tramitação e fazer comentários sobre projetos de lei,

¹⁶ O portal pode ser acessado através do link: <https://politicaspUBLICAS.almg.gov.br/>

¹⁷ A página pode ser acessada através do link: https://www.almg.gov.br/participe/envie_sugestao_lei/index.html

¹⁸ Esse tipo de participação existe somente em dois casos, considerando o Legislativo subnacional: ALMG e ALSF.

¹⁹ A página pode ser acessada através do link:

https://www.almg.gov.br/participe/opinioao_projetos_lei/index.html

projetos de lei complementar, projetos de resolução, propostas de emenda à Constituição e vetos. A página “*Planejamento e Orçamento Público*”²⁰, que tem por finalidade oferecer informações sobre o sistema orçamentário mineiro atual e também fazer consulta aos dos anos anteriores. Para além das iniciativas digitais, o art. 295 do Regimento Interno da ALMG define que:

Para subsidiar o processo legislativo, a Assembleia poderá promover, por iniciativa da Mesa ou a requerimento, eventos que possibilitem a discussão de temas de interesse do Poder Legislativo estadual, organizados em parceria com entidades da sociedade civil e órgãos e entidades do poder público (MINAS GERAIS, 2016, p. 207).

Esses eventos institucionais referem-se aos seminários legislativos, fóruns técnicos, e os ciclos de debates. Tais eventos fazem parte do processo de mudança institucional da ALMG que criou novos espaços de interlocução com a sociedade, colocando a participação no cerne da atividade parlamentar (MENDONÇA E CUNHA, 2012, p.79).

E, por fim, as audiências públicas, que ganharão destaque na seção seguinte junto ao processo de discussão do Plano Plurianual de Ação Governamental (PPAG).

3.2 Participação popular nas audiências de discussão do Plano Plurianual de Ação Governamental (PPAG) de Minas Gerais realizadas pela Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG)

O Art. 61 da Constituição Estadual de Minas Gerais define como atribuição da Assembleia Legislativa, com a sanção do Governador, dispor sobre todas as matérias de competência do Estado. Dentre essas atribuições está a revisão do plano plurianual e orçamentos anuais e as diretrizes orçamentárias.

O papel do Poder Legislativo no sistema orçamentário²¹ é tornar lei o planejamento de gastos pelo Poder Executivo. O sistema orçamentário começa, segundo o Art. 165 da Constituição Federal, com as leis de iniciativa do Poder Executivo: o plano plurianual²² (PPA); as diretrizes orçamentárias (LDO); e os orçamentos anuais (LOA). Após a elaboração, o Poder Executivo, tem que enviar para o Poder Legislativo para a sua aprovação.

²⁰ A página pode ser acessada através do link:

https://www.almg.gov.br/acompanhe/planejamento_orcamento_publico/index.html

²¹ Conjunto das leis que compõem o Orçamento Público.

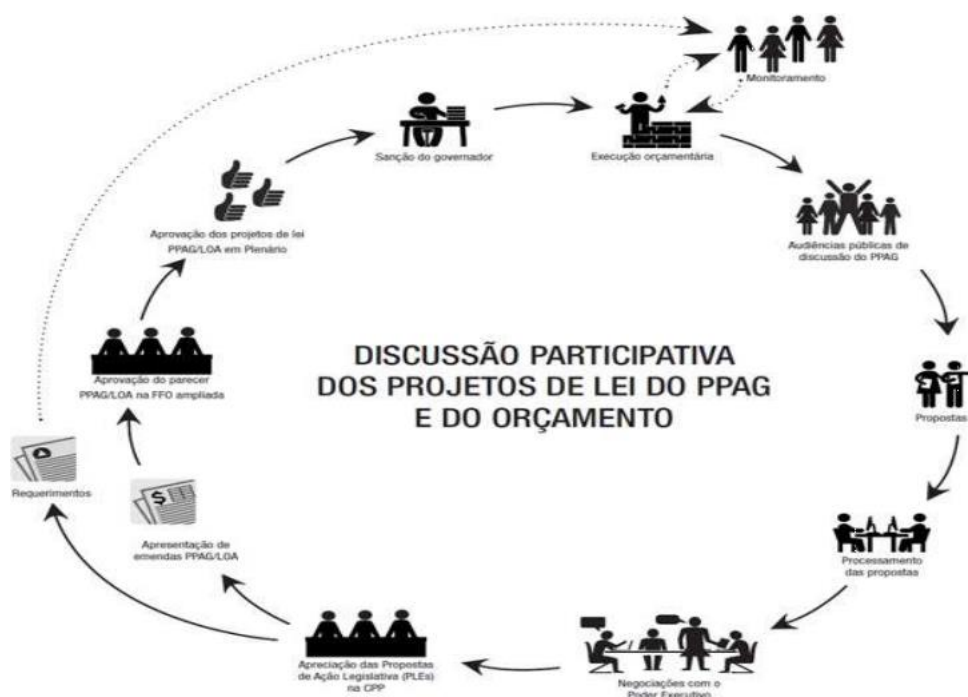
²² Em Minas Gerais, é chamado de Plano Plurianual de Ação Governamental (PPAG).

Em Minas Gerais, além das três leis definidas na Constituição Federal, a Constituição de Minas Gerais elaborou um instrumento de planejamento de longo prazo, chamado de Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado (PMDI). O PMDI, de acordo com o Art. 231 da Constituição de Minas Gerais será proposto pelo Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social e que também precisa de aprovação do Poder Legislativo.

O sistema de aprovação destas leis na Assembleia Legislativa é aberto à participação da sociedade e isso reforça a ideia de democracia participativa, que segundo Pateman (1992) é construída em torno da afirmação central de que os indivíduos e suas instituições não podem ser considerados isoladamente (PATEMAN, 1992, p. 60).

Para proporcionar essa participação, em outubro de 2003, instaurou-se na ALMG o processo de discussão popular do Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado (PMDI) e do Plano Plurianual de Ação Governamental (PPAG), por meio da Comissão de Participação Popular (CPP), em parceria com a Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (Seplag). Estas discussões são realizadas através de audiências públicas, que ocorrem anualmente na ALMG, com a apresentação de propostas de emenda aos programas e projetos que compõem tais peças de planejamento estatal. (MAGALHÃES, s/d, p.1). Essas audiências públicas compõem o ciclo de discussão participativa dos projetos de lei do PPAG. A figura abaixo apresenta como funciona o esse ciclo na ALMG.

Figura 1 - Discussão Participativa dos projetos de Lei do PPAG e do Orçamento



Fonte: MINAS GERAIS. Assembleia Legislativa. Diretoria de Processo Legislativo. Gerência-Geral de Consultoria Temática. Gerência de Acompanhamento e Avaliação de Políticas Públicas.

O ciclo de discussão participativa dos projetos de lei do PPAG começa com as audiências de discussão do PPAG, que em cada ano é adotado um desenho diferente visando a atuação participativa da sociedade e tornar o processo mais inclusivo e deliberativo.

Durante as audiências realizadas entre os anos de 2014, 2015 e 2016, Morais (2017), observa a contínua alteração dos meios utilizados para fomentar a participação da sociedade. Em 2014, onde não foi possível a realização das audiências nas cidades do interior do estado foi utilizado um espaço *online* no portal da ALMG para o acolhimento de sugestões. No ano seguinte, 2015, foi utilizado um formato lúdico nomeado de ‘Baralho Legal’, que utilizou “cartas que descrevem as informações dos programas por área e um tabuleiro onde os programas priorizados são organizados após o processo de apresentação e conhecimento” (MORAIS, 2017, p. 34). Em 2016, visando reduzir as assimetrias informacionais entre os participantes utilizou servidores da ALMG como facilitadores nos grupos de trabalho. (MORAIS, 2017)

Contudo, pode-se concluir que durante as audiências:

O estilo da discussão é o aspecto que define as regras da participação e determina o grau em que o desenho é capaz de gerar inclusão e de promover deliberação. Ressalta-se que os cursos oferecidos, as palestras e debates promovidos pela ALMG em torno das questões e os materiais disponibilizados são importantes para somar qualidade às discussões. (MORAIS, 2017)

Posteriormente, as propostas elaboradas nas audiências - chamadas de Propostas de Ação Legislativas (PLEs) - são processadas e negociadas com o Poder Executivo para serem levadas para a apreciação da CPP e também na Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária (FFO). Após essas etapas, as Propostas de Ação Legislativa são levadas para apreciação em Plenário e submetidas à sanção do Governador.

Durante a execução orçamentária, a participação da sociedade se torna igualmente importante. Nessa etapa, o cidadão se torna um agente importante no monitoramento das políticas públicas. Para realizar esse monitoramento, o cidadão pode utilizar o portal de “*Políticas Públicas Ao Seu Alcance*” da ALMG.

Importante mencionar que o curso a distância “Planejamento e Orçamento Público”, oferecido desde 2010 em parceria com a Escola do Legislativo, tem como finalidade apresentar a estrutura e funcionamento do planejamento e orçamento do Estado de Minas Gerais, com vistas a capacitação e formação dos participantes nas audiências públicas sobre o orçamento. Acredita-se que esse curso poderia ter consequências importantes para reduzir a assimetria informacional entre os participantes e qualificar a atuação dos mesmos no processo

de discussão do PPAG. É sobre a essa possibilidade que se dedica o presente trabalho, cabendo, pois, aprofundar a contextualização de tal capacitação.

3.3 Capacitação para Revisão do PPAG - curso “Planejamento e Orçamento Público”

O curso “Planejamento e Orçamento Público” oferecido por meio da plataforma de ensino a distância surgiu como uma demanda da Gerência-Geral de Projetos Institucionais para informar os representantes da sociedade civil e quaisquer cidadãos interessados na estrutura e funcionamento do planejamento e orçamento do Estado de Minas Gerais. Ele contribui também para capacitar os participantes das audiências de discussão dos projetos de lei orçamentária anual e de revisão do PPAG que tramitam na ALMG.

Entre os anos de 2004 a 2014, o curso era realizado presencialmente na ELE, dias antes de começar as discussões. Em cada ano, o curso era realizado com estrutura diferente e carga horária variável, porém, o conteúdo abordado envolvia desde conceitos básicos sobre orçamento até a apresentação do funcionamento do sistema orçamentário de Minas Gerais.

No quadro abaixo serão apresentadas as atividades realizadas presencialmente para os membros dos conselhos setoriais de políticas públicas e sociedade participante do processo de revisão do PPAG entre os anos de 2010 a 2014, com a carga horária de cada ano e a quantidade de participantes.

Quadro 6: Atividades presenciais de Planejamento e Orçamento Público realizadas pela ALMG, entre os anos de 2008 e 2014

Ano	Nome da Atividade	Data	Público	Carga Horária	Participantes
2008	Programa de Atividades sobre revisão do PPAG e orçamento - O sistema de Planejamento de Minas Gerais e a revisão do PPAG para 2009	09/10	Membros dos conselhos setoriais de políticas públicas e sociedade participante do processo de revisão do PPAG	8 horas	127
2009	Capacitação para Revisão do PPAG - Exercício 2010	16/10	Membros dos conselhos setoriais de políticas públicas e entidades de classe	8 horas	41
2010	Capacitação para Revisão do PPAG 2008-2011 – Exercício 2011 - 1 turma	29/10	Membros dos conselhos setoriais de políticas públicas e sociedade participante do processo de revisão do PPAG	8 horas	233

2011	Sistema Orçamentário do Estado: PMDI – PPAG – LOA	27/10	Membros dos Conselhos Setoriais de Políticas Públicas e sociedade, participante do processo de revisão do PPAG	8 horas	33
2012	Curso – PPAG 2012-2015 – Revisão 2013 e LOA 2013	26/10	Representantes da sociedade civil que atuam nas audiências públicas de revisão do PPAG 2012-2015 – Exercício 2013	3 horas	22
2013	Curso – Planejamento e Orçamento Público – Sistemas PPAG 2012-2015 – Revisão 2014 – LOA 2014 – 2 turmas	25/10 e 01 /11	Representantes da sociedade civil, participantes das audiências públicas de revisão do PPAG	6 horas	42
2014	Curso – Planejamento e Orçamento Público	31/10	Representantes da sociedade civil que atuarão na revisão do PPAG 2015	3 horas	23
TOTAL				44 horas	521

FONTES: MINAS GERAIS, 2011; MINAS GERAIS, 2012; MINAS GERAIS, 2013; MINAS GERAIS, 2014; MINAS GERAIS, 2015; MINAS GERAIS, 2016. Elaboração própria.

Em 2014, foi realizada a última turma presencial da capacitação e, nos anos seguintes, foram oferecidas turmas apenas através da plataforma de ensino a distância. A implementação do modelo EaD buscava ampliar o alcance das atividades e integrar os participantes que têm interesse nessa capacitação mas que não podiam participar de atividades presenciais devido às dificuldades de deslocamento até o espaço físico da ELE ALMG.

A primeira turma ofertada na modalidade a distância foi realizada em 2010, e os conteúdos das aulas foram elaborados pela Gerência de Acompanhamento e Avaliação de Políticas Públicas e Gerência de Orçamento e Finanças da Gerência-Geral de Consultoria Temática da ALMG, sob coordenação de Regina Magalhães e Suzanne Bouchardet. Entre os anos de 2010 e 2014, a carga horária do curso era de 12 horas, porém foi modificada em 2015 para 15 horas, com a inclusão de uma atividade prática no final.

No quadro abaixo serão apresentadas informações sobre o período de realização, a carga horária e o quantitativo de alunos certificados de cada ano que foi realizado o curso.

Quadro 7: Dados sobre o curso “Planejamento e Orçamento Público” realizados pela Escola do Legislativo na modalidade EaD

Ano	Período de realização	Carga Horária	Alunos Certificados
2010	27/10 a 20/12	12 horas	186

2011	05/10 a 23/12	12 horas	144
2012	22/10 a 20/12	12 horas	63
2013	14/10 a 15/12	12 horas	68
2014	20/10 a 05/12	12 horas	42
2015	16/10 a 21/12	15 horas	52
2016	20/10 a 20/12	15 horas	12
2017	27/09 a 30/11	15 horas	21
TOTAL		105 horas	588

Fonte: Relatório de Atividades da ELE (2010 a 2016). Elaboração própria.

Anualmente, o curso oferece 400 vagas e fica disponível na plataforma, aproximadamente, dois meses para a realização das atividades. Durante esse período, os participantes têm acesso a informações sobre como é a estrutura e o funcionamento do Planejamento e Orçamento de Minas Gerais organizadas em cinco aulas. Cada aula aborda um conteúdo diferente com atividades de leitura e uma atividade de fixação com correção automática. Outro recurso também oferecido aos participantes é um espaço de fórum para tirar dúvidas, que podem ser respondidas por monitores capacitados ou por servidores do núcleo de Tecnologias Educacionais da ELE/ALMG, a depender do teor da demanda.

O conteúdo é dividido da seguinte maneira:

Aula 1 - O Sistema Orçamentário de Minas Gerais – com a apresentação do ciclo orçamentário de Minas Gerais e das quatro peças que o compõem;

Aula 2 - Entendendo o Plano Plurianual de Ação Governamental (PPAG) – com aprofundamento na compreensão do PPAG;

Aula 3 - Entendendo a Lei Orçamentária Anual (LOA) - aprofundamento na compreensão da LOA;

Aula 4 - Planejamento, Orçamento e Participação Popular – é uma reflexão sobre o planejamento e o orçamento público e sobre a participação popular na concepção e implementação de ambos;

Aula 5 - Monitoramento e a avaliação do planejamento público - compreensão dos relatórios de monitoramento e avaliação do PPAG produzidos pelo Poder Executivo.

Após essas cinco aulas, o participante tem como atividade final fazer uma pesquisa no volume III do Projeto de Lei nº 3.819/16, que dispõe sobre a revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – para o quadriênio 2016-2019 e na primeira etapa o participante tem que escolher um programa de uma área de seu interesse, e compartilhar com

os outros participantes, as seguintes informações: 1) o nome do programa 2) o eixo a que pertence 3) o objetivo do programa; 4) o valor do programa previsto para 2017, discriminando o valor no orçamento fiscal e no orçamento de investimento das empresas, quando for o caso; 5) e um indicador do programa/sua unidade de medida/seu índice e data de referência/o índice a ser alcançado em 2017.

Na segunda etapa, uma ação do programa é escolhida e compartilham-se as seguintes informações: 1) nome da ação; 2) finalidade da ação, produto, meta física total e por território, quando for o caso, para 2017; 3) meta financeira total e por território, quando for o caso, para 2017; 4) e a unidade orçamentária responsável. Após essas duas etapas, deve-se explicar o porquê da escolha neste programa/ação (terceira etapa).

Por fim, na 4ª etapa, o participante tem que analisar as informações obtidas nas três primeiras etapas e elaborar duas questões relacionadas a informações não disponíveis nos documentos analisados e que ajudariam a entender melhor o programa/ação, em relação à concepção, planejamento, operacionalização, execução, resultados ou outras informações.

Em 2017, criou-se mais uma aula com o objetivo de mostrar os dados e novidades trazidos pelo projeto de revisão do PPAG enviado à ALMG.

Para ser aprovado no curso e ter direito ao certificado de conclusão, o participante tem que realizar todas as atividades requeridas, atingir a nota mínima²³ e fazer uma avaliação do próprio curso. Após o término, a expectativa é que o cidadão possa participar das audiências de discussão dos projetos de lei orçamentária anual e de revisão do PPAG que tramitam na ALMG. No ano de 2015, as audiências de discussão do PPAG foram realizadas entre os dias 26 de outubro e 5 de novembro, e dentre os 1377 presentes, houve nove participantes do curso a distância.

Quadro 8: Dados de inscrição e participação das audiências de elaboração do PPAG 2016-2019, realizadas em 2015

Data	Tema	Inscritos	Presentes
26/10/15	Abertura	180	126
28/10/15	Infraestrutura e Logística	230	167
29/10/15	Desenvolvimento Produtivo, Científico e Tecnológico	274	195
03/11/15	Segurança Pública	369	274
04/11/15	Saúde e Proteção Social	449	352
05/11/15	Educação e Cultura	354	263
TOTAL		1856	1377

²³ A nota mínima para certificação é 70 pontos em 100 distribuídos no total.

Fonte: Dados fornecidos pela Gerência de Relações Institucionais (GRI) da ALMG.

Já no ano de 2016, as audiências de discussão da revisão do PPAG 2016-2019, para 2017, foram realizadas entre os dias 07 e 11 de novembro, e dentre os 757 presentes tiveram cinco participantes do curso a distância.

Quadro 9: Dados de inscrição e participação das audiências de revisão do PPAG 2016-2019, para 2017, realizadas em 2016

Data	Tema	Inscritos	Presentes
07/11/16	Abertura – Audiência pública conjunta CPP e FFO	237	88
07/11/16	Eixo Segurança Pública – Tema 1 – Infraestrutura das Polícias Ostensiva e Judiciária e da Defesa Civil	92	57
07/11/16	Eixo Segurança Pública – Tema 2 – Prevenção ao Crime e Justiça Criminal	74	58
07/11/16	Eixo Segurança Pública – Tema 3 – Sistema Socioeducativo e Prisional	41	19
08/11/16	Eixo Desenvolvimento Produtivo, Científico e Tecnológico – Tema 1 – Desenvolvimento Econômico	39	9
08/11/16	Eixo Desenvolvimento Produtivo, Científico e Tecnológico – Tema 2 – Turismo	59	41
08/11/16	Eixo Desenvolvimento Produtivo, Científico e Tecnológico – Tema 3 – Ciência, Tecnologia, Inovação e Ensino Superior	39	20
08/11/16	Eixo Desenvolvimento Produtivo, Científico e Tecnológico – Tema 4 – Meio Ambiente	76	37
08/11/16	Eixo Desenvolvimento Produtivo, Científico e Tecnológico – Tema 5 – Agropecuária e Desenvolvimento Agrário	69	41
09/11/16	Eixo Educação – Tema 1 – Cultura	85	45
09/11/16	Eixo Educação – Tema 2 – Educação	133	63
10/11/16	Eixo Saúde – Tema 1 – Direitos Humanos	131	72
10/11/16	Eixo Saúde – Tema 2 – Assistência Social e Segurança Alimentar	56	33
10/11/16	Eixo Saúde – Tema 3 – Saúde Pública	64	27
10/11/16	Eixo Saúde – Tema 4 – Esportes	33	5

10/11/16	Eixo Saúde – Tema 5 – Trabalho, Emprego e Renda	40	18
11/11/16	Eixo Infraestrutura e Logística – Tema 1 – Municípios e Desenvolvimento Regional	33	8
11/11/16	Eixo Infraestrutura e Logística – Tema 2 – Energia e Saneamento Básico	40	1
11/11/16	Eixo Infraestrutura e Logística – Tema 3 – Transporte e Trânsito	86	34
11/11/16	Encerramento – Audiência pública conjunta CPP e FFO	256	81
TOTAL		1683	757

Fonte: Dados fornecidos pela Gerência de Relações Institucionais (GRI) da ALMG.

Em 2017, as audiências de discussão da revisão do PPAG 2016-2019, para 2018, foram realizadas entre os dias 18 de outubro e 20 de novembro, e, entre os 840 presentes, 12 haviam feito o curso a distância.

Quadro 10: Dados de inscrição e participação das audiências de revisão do PPAG 2016-2019, para 2018, realizadas em 2017

Eixo/Cidade	Data	Tema	Inscritos	Presentes
Eixo Saúde e Proteção Social – Belo Horizonte	30/10/17	Tema 1: Direitos Humanos	53	34
	30/10/17	Tema 2: Esporte	8	3
	31/10/17	Tema 3: Saúde Pública	38	16
	31/07/17	Tema 4: Assistência Social	48	29
	31/10/17	Tema 5: Trabalho, Emprego e Renda	44	24
Eixo Infraestrutura e Logística – Belo Horizonte	06/11/17	Tema 1: Transporte e Trânsito	31	21
	07/11/17	Tema 2: Municípios e Desenvolvimento Regional (inclui Habitação e Saneamento Básico)	42	16
Eixo Desenvolvimento Produtivo e Tecnológico – Belo Horizonte	06/11/17	Tema 1: Agropecuária e Desenvolvimento agrário	70	41
	06/11/17	Tema 2: Ciência, Tecnologia, Inovação e Ensino Superior	50	23
	07/11/17	Tema 3: Meio Ambiente	52	24
	07/11/17	Tema 4: Desenvolvimento Econômico (inclusive energia)	50	23

	07/11/17	Tema 5: Turismo	16	5
Eixo Educação e Cultura – Belo Horizonte	08/11/17	Tema 1: Educação	140	67
	08/11/17	Tema 2: Cultura	103	70
Eixo Segurança Pública – Belo Horizonte	09/11/17	Tema 1: Infraestrutura das polícias ostensivas e judiciária e da defesa civil	61	35
	09/11/17	Tema 2: Prevenção ao crime e justiça criminal	44	19
	09/11/17	Tema 3: Sistema socioeducativo e prisional	39	15
Encontro Regional de Governador Valadares	18/10/2017	Grupo 1: Águas	24	23
	18/10/2017	Grupo 2: Agricultura familiar	19	17
Encontro Regional de Itaobim	20/11/2017	Grupo 1: Águas	73	73
	20/11/2017	Grupo 2: Agricultura familiar	87	85
	20/11/2017	Grupo 3: Cultura	10	10
	20/11/2017	Sem grupo de trabalho	14	14
Encontro Regional de Montes Claros	10/11/2017	Grupo 1: Águas	91	81
	10/11/2017	Grupo 2: Agricultura familiar	88	66
	10/11/2017	Sem grupo de trabalho	6	6
TOTAL			1301	840

Fonte: Dados fornecidos pela Gerência de Relações Institucionais (GRI) da ALMG.

Apesar de o curso ser oferecido com intuito de capacitar os participantes para as audiências de discussão do PPAG, nota-se a baixa presença dos egressos do curso nas mesmas. Acredita-se que os participantes do curso o realizam com objetivos que divergem do proposto pela ALMG, porém o conteúdo abordado no curso pode contribuir em outras práticas participativas. Este trabalho propõe-se a pensar, justamente sobre essa relação entre o curso e práticas participativas.

4 AS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO E AS PRÁTICAS PARTICIPATIVAS

4.1 Metodologia

O presente estudo tem como objetivo analisar qual a contribuição do curso “Planejamento e Orçamento Público” em práticas políticas participativas. Dentre os diversos meios de participação, destaco as audiências de Discussão Participativa de Revisão do PPAG, que motivaram a criação do curso, porém o conteúdo ministrado do curso pode atravessar outras práticas a que os sujeitos se dedicam. Com o propósito de responder aos objetivos deste estudo, foram analisados questionários de participantes do curso.

O curso “Planejamento e Orçamento Público” de 2017 foi realizado entre os dias 27 de setembro e 30 de novembro, e teve como público-alvo os participantes das discussões dos projetos de lei orçamentária anual e de revisão do PPAG que tramitam na ALMG. A Discussão Participativa de Revisão do PPAG 2016-2019 para 2018 teve início no dia 18 de outubro de 2017 e término no dia 20 de novembro de 2017, com debates realizados em Governador Valadares, Itaobim, Belo Horizonte e Montes Claros.

Em Belo Horizonte, as audiências foram realizadas nos dias 30 e 31 de outubro de 2017 e entre os dias 6 e 9 de novembro, na Escola do Legislativo da ALMG. Os temas abordados estavam constantes no Projeto de Lei 4.665/17, de revisão do PPAG, e os eixos trabalhados foram divididos²⁴ em: Saúde e proteção social²⁵; Desenvolvimento produtivo, científico e tecnológico²⁶; Infraestrutura e logística²⁷; Educação e cultura²⁸; e Segurança pública²⁹. E nas outras cidades, os temas abordados foram: Águas e Agricultura familiar.

As dinâmicas das audiências foram realizadas em duas etapas. No turno da manhã, aos participantes, de acordo com o tema escolhido, eram apresentados o monitoramento das políticas públicas, os principais aspectos na proposta de revisão para 2018, e os resultados das

²⁴ Os eixos trabalhados têm recorte temático semelhante ao do site Políticas Públicas ao seu Alcance.

²⁵ Subdivididos por temas: Direitos humanos; Esporte; Saúde pública; Assistência social e Segurança Alimentar; Trabalho, emprego e renda.

²⁶ Subdivididos por temas: Agropecuária e desenvolvimento agrário; Ciência, tecnologia, inovação e ensino superior; Meio Ambiente, Desenvolvimento econômico (inclusive Energia) e Turismo.

²⁷ Subdivididos por temas: Transporte e trânsito; Municípios e desenvolvimento regional (inclui Habitação e Saneamento básico)

²⁸ Subdivididos por temas: Educação e Cultura.

²⁹ Subdivididos por temas: Infraestrutura das polícias ostensiva e judiciária e da defesa social; Prevenção ao crime e justiça criminal; Sistema socioeducativo e prisional.

propostas de ação legislativa resultantes das sugestões populares feitas no ano anterior. A outra parte realizada no turno da tarde era o momento em que ocorria a elaboração e apresentação de sugestões coletivas, que poderão ser incorporadas ao PPAG e ao Orçamento 2018, também de acordo com o tema escolhido.

Para a realização do estudo proposto, foram consultados documentos relacionados ao objeto de estudo e um levantamento de dados com os participantes do curso “Planejamento e Orçamento Público”. Alguns participantes também estiveram presentes na Discussão Participativa de Revisão do PPAG 2016-2019 para 2018. O levantamento de dados foi realizado por meio de um questionário online auto aplicado enviado via correio eletrônico pelo gestor responsável do curso na ALMG e posteriormente foi realizada uma postagem no fórum de discussões do curso. O questionário online ficou disponível para receber respostas entre os dias 30 de outubro e 12 de dezembro de 2017.

A política de privacidade de dados da ALMG não permite a publicação de dados pessoais dos participantes para terceiros sem prévia autorização. Sendo assim, o método adotado não violou a política adotada pela ALMG, pois, antes de responder ao questionário, o respondente foi informado sobre a finalidade do mesmo.

O questionário³⁰ aplicado conteve 21 perguntas divididas em seis blocos, sendo cada bloco composto por perguntas voltadas para atender a um objetivo específico, sendo eles: (1) Identificar os participantes; (2) Buscar informações sobre: ensino a distância, a plataforma utilizada pela ALMG, as expectativas dos participantes sobre o curso do EaD e se o curso contribuiu para a sua formação política; (3) Identificar os participantes do curso que já participaram ou que pretendiam participar da Discussão Participativa da Revisão do PPAG 2016-2019 para 2018; (4) Identificar os participantes do curso que já participaram ou que pretendiam participar da Discussão Participativa da Revisão do PPAG 2016-2019 para 2018 (5) Buscar informações sobre a participação política dos participantes; (6) Identificar os participantes que teriam disponibilidade para entrevista.

Por meio desse questionário, foi possível identificar e convidar alguns participantes, que também participaram da Discussão Participativa de Revisão do PPAG 2016-2019 para 2018, para realizar uma entrevista³¹ estruturada. Porém, foram obtidas apenas quatro entrevistas, entre os participantes do curso, e apenas um entrevistado realizou o curso de EaD

³⁰Apêndice 1- Perguntas do questionário

³¹Apêndice 2 - Roteiro das Entrevistas

e também participou das discussões do PPAG. Devido ao baixo número de entrevistas realizadas, o conteúdo obtido por meio delas será utilizado apenas como material complementar de contextualização e não serão utilizados como conteúdo empírico. Logo em seguida, serão apresentados os resultados e discussão sobre os dados obtidos.

4.2 Resultados e Discussão

O curso “Planejamento e Orçamento Público” obteve em 2017 um de total 318 inscritos, sendo que: 21 alunos foram aprovados ao final do curso, 11 foram reprovados³², 63 desistiram³³, e 223 foram infrequentes. A amostra do estudo é formada por 47³⁴ participantes, dos 318 participantes inscritos na edição 2017. Desse total, quatro respondentes também foram entrevistados.

4.2.1 - Perfil dos respondentes

De acordo com as informações prestadas nos questionários, pode-se perceber que o curso oferecido pela ALMG possui uma diversidade de respondentes, que possuem escolaridades, localidades e experiências diferentes. Sendo assim, a expectativa é que as experiências e expectativas relatadas pelos respondentes sejam variadas e possam ser tanto relacionadas às TICs quanto com as suas práticas participativas.

Dentre os respondentes, 19 são residentes na Região Metropolitana de Belo Horizonte³⁵, e apesar de o curso ser elaborado baseado nas peças orçamentárias do governo de Minas Gerais, o questionário também teve respondentes de diversos estados como: Rio de Janeiro (2), Pará (1), Ceará (1), Paraíba (2), e Paraná (1). Esta informação mostra o alcance das ações realizadas pela Escola do Legislativo e como elas podem atingir interessados de outros estados e influenciar em suas práticas participativas.

Identificou-se através desta pesquisa que boa parte dos participantes possui escolaridade em nível superior incompleto ou completo, além de um número significativo de

³² Alunos que finalizaram todas as atividades, porém não atingiu a nota mínima de 70%.

³³ Alunos que não concluíram todas as atividades.

³⁴ Número de respondentes do questionário.

³⁵ A Região Metropolitana de Belo Horizonte é composta por 34 municípios: Baldim, Belo Horizonte, Betim, Caeté, Capim Branco, Confins, Contagem, Esmeraldas, Florestal, Ibirité, Igarapé, Itaguara, Itatiaiuçu, Jaboticatubas, Juatuba, Lagoa Santa, Mário Campos, Mateus Leme, Matozinhos, Nova Lima, Nova União, Pedro Leopoldo, Raposos, Ribeirão das Neves, Rio Acima, Rio Manso, Sabará, Santa Luzia, São Joaquim de Bicas, São José da Lapa, Sarzedo, Taquaraçu de Minas e Vespasiano.

pós-graduandos. O nível de escolaridade dos participantes se manteve em: Doutorado (2), Especialização (64), Fundamental (10), Médio (17), Mestrado (10), Superior completo (110) e Superior incompleto (99). Visto que o curso oferece certificado de participação para aqueles que o finalizam com a nota mínima exigida, a participação no curso em algumas universidades pode ser contabilizada como horas complementares para alguns cursos de graduação e pós-graduação. Sendo assim, este fator atraiu diversos estudantes em busca de complementação para a sua formação acadêmica. Além de estudantes, o curso teve também participação de servidores públicos de diversos setores da administração pública, professores, advogados e outros.

Acredita-se que o curso “Planejamento e Orçamento Público”, apesar de ser criado para uma ação específica da ALMG, a capacitação para a participação das audiências de discussão do PPAG, possa ser uma porta de entrada para que cidadãos participem ativamente de múltiplas ações políticas. A seguir, será apresentado como os respondentes interagem com as TICs e como estas tecnologias podem contribuir para o fomento a participação popular, principalmente por gerar maior aprendizado político, como Pateman (1992) ressalta sobre o caráter educativo da participação.

4.2.2 As Tecnologias de Informação e Comunicação e suas contribuições

As TICs são reconhecidas ferramentas que facilitam o acesso à informação e os respondentes apresentaram diversas maneiras em que o ensino a distância, em específico, pode contribuir para a participação política.

O Ensino a Distancia facilita a conexão entre as pessoas, permitindo que tenham acesso a conteúdo de qualidade, que contribuirá para aumentar seu conhecimento, e conseqüentemente, ter melhor participação política. (Questionário 4)

Informando os cidadãos sobre os processos administrativos de uma gestão, o que colabora com a transparência. (Questionário 19)

Pela facilidade de escolha (dentre as ofertas de realização de cursos referentes ao tema) de estudar em qualquer dia e horário desde que respeitado o calendário do curso. (Questionário 32)

Com o avanço das tecnologias de informação, a implementação das TICs, para alguns respondentes, poderia ser uma das diversas soluções para a redução das assimetrias informacionais entre poder público e sociedade civil. Porém, para isso, o poder público deveria investir em mecanismos que garantissem que a informação esteja efetivamente

chegando a todos, sem restrições de públicos.

Com a sociedade cada vez mais dinâmica e líquida, por óbvio a educação deveria se aprimorar. O EaD não apenas facilita como possibilita indivíduos que em decorrência do tempo e espaço não teriam condição de acesso a participação política a adequá-la com a sua realidade. (Questionário 25)

As TICs e o ensino a distância contribuem para reduzir assimetrias, mas em relação ao fomento à participação popular ainda é um desafio, ainda está muito tímido. Eu tenho a seguinte percepção que os órgãos públicos têm que estar onde as pessoas estão, principalmente nas redes sociais, se a gente for analisar hoje em dia. Acho que é um caminho. Conseguir chegar até o público alvo é um desafio além das TICs. As TICs colaboram para quem tem acesso a elas. A popularização das TICs é importante, mas os órgãos que tem como objetivo a participação popular, eles tem um desafio maior que a implementação dessas próprias TICs. (Entrevistado 1)

O ensino a distância é uma das alternativas adotadas pelas instituições para ampliar as suas ações de participação popular e fornecer, para os seus servidores e sociedade civil, cursos de capacitação para aprimoramento profissional e educação para a democracia. Quando questionados sobre as contribuições do ensino a distância nas práticas participativas, os respondentes ressaltaram a sua importância para a capacitação da sociedade civil, para se tornarem participantes mais ativos na política.

O EaD contribui através da conscientização popular e estímulo a uma participação mais ativa na democracia brasileira e mineira. (Questionário 26)

De um modo geral, já que a plataforma online pode alcançar um grande número de pessoas que estão distante da capital. Necessita mais divulgação sobre o curso. (Questionário 10)

O Ensino a Distância contribui muito, pois na maioria das vezes não é possível participar de um curso presencial, e essa oportunidade fez com que muitas pessoas pudessem aprimorar e aperfeiçoar seus conhecimentos e assim aplicá-los na prática. (Questionário 4)

Outros fatores relevantes, apresentados pelos respondentes levam em consideração a praticidade de acesso às TICs, a não necessidade de deslocamentos dos participantes até o espaço físico da ALMG e o modo como tais tecnologias podem ser utilizadas como ferramenta de controle e transparência.

Eu acho muito interessante o poder dessa ferramenta. As tecnologias podem ter esse papel de integração, trazer o cidadão para dentro das áreas de tomada de decisão e de fornecer informações. Eu moro na região metropolitana de Belo Horizonte, e para mim é complicado sair da minha cidade e ir até a ALMG para participar dos eventos, até porque se todos que tivessem interesse em participar fizessem isso creio que não teria espaço para todos, por causa disso eu julgo importante a implementação das TICs. (Entrevistado 2)

A princípio as TICs e o ensino a distância tem como objetivo reduzir a distância entre a população e as ações do poder público e fomentar a participação popular.

Porém, não são divulgadas. Usando meu município, Uberlândia, como exemplo, poucas pessoas sabem que existe uma Escola do Legislativo no município com finalidade de capacitar a população, principalmente as escolas públicas e outras regiões que ficam na periferia da cidade. Por isso acho que as TICs são importantes para chamar atenção desses públicos menos favorecidos, porém da maneira que são oferecidos atualmente não está chegando e se restringe a apenas um grupo de participantes. (Entrevistado 4)

Sendo assim, vale retomar um ponto importante discutido por Levy (1999, p. 173) de que a implementação das TICs tem de “acompanhar consciente e deliberadamente uma mudança de civilização que questiona profundamente as formas institucionais”. O Poder Público tem que estar atento a refletir sobre o fato de a implementação gerar o efeito pretendido. A inclusão das TICs nas atividades do Poder Público, principalmente como ferramenta de transparência e de inclusão da sociedade civil, ainda precisa de aprimoramentos e divulgação para que se torne mais consciente e deliberativa.

4.2.3 O curso “Planejamento e Orçamento Público e as práticas participativas

O curso “Planejamento e Orçamento Público”, em 2017, teve um público heterogêneo e com motivações diversas para realizar o curso. Houve aqueles que buscaram o curso como instrumento para se capacitar e participar das discussões do PPAG e, também, aqueles que realizaram o curso por motivos diversos, como a busca de conhecimento para aprimoramento profissional ou simplesmente por interesse pelo assunto.

Bem, na verdade passei a me interessar por questões, após entender que a mudança está em nós, cidadãos comuns. Pois todos querem mudança, mas ninguém quer mudar e por isso passei estar por dentro dessa questão pública, pois vejo que temos ter preparo para qualquer tipo de mudança e adquirir legitimidade para poder cobrar de nossos representantes e cumprir meus deveres como cidadão. (Questionário 14)

Porque tenho verdadeiro interesse pelo tema e já participei de outro curso da ALMG, gostei muito. (Questionário 19)

Para obter mais informações e aprimorar meu aprendizado, pois trabalho na área financeira e estou em contato direto com o orçamento público. (Questionário 37)

A divulgação do curso foi realizada por diversos meios de comunicação da ALMG, como o Portal da ALMG e Boletim da Escola do Legislativo, mas também contou com a colaboração do Colegiado do curso Gestão Pública da UFMG, devido à proximidade dos assuntos abordados na graduação com o conteúdo do curso.

Eu tive conhecimento deste curso através de um e-mail do colegiado da Gestão Pública. Se não fosse por isso eu não teria conhecimento sobre a existência dessa

plataforma digital. Creio que para alguém que não tenho este vínculo com a UFMG ou nunca participou de alguma atividade oferecida na plataforma, a informação/divulgação não deve atingir. Querendo ou não, é muito restrita a cidade de Belo Horizonte e não tem divulgação para fora. (Entrevistado 2)

Quadro 11: Divulgação do curso “Planejamento e Orçamento Público”

Respostas sobre como o respondente foi informado sobre o curso “Planejamento e Orçamento Público”.	Quantidade
Convite via Boletim da Escola do Legislativo – ALMG	4
Portal da ALMG	23
Amigos/Familiares/Colegas de Trabalho	12
Facebook	1
Pesquisa no Google	1
E-mail do Colegiado do curso Gestão Pública – UFMG	3
Outros	3
TOTAL	47

Fonte: Respostas dos questionários aplicados. Elaboração própria.

Analisando os dados sobre a divulgação do curso, foi possível fazer uma breve comparação com os resultados obtidos em duas pesquisas realizadas por autores diferentes sobre a ALMG. A primeira pesquisa foi realizada por Fuks (2010) sobre a mudança institucional que ocorreu na ALMG, em 2010, e a opinião pública. Em sua pesquisa, o autor concluiu que:

(...) as informações que circularam, no jornal, sobre o desenvolvimento institucional da ALMG alcançaram o público composto pelos indivíduos atentos ao que acontece no mundo da política, possivelmente favorecendo, em relação a esse grupo restrito, a formação de atitudes mais favoráveis à instituição. (FUKS, 2010, p. 278)

A outra pesquisa foi realizada por Soares (2013) e pretendia analisar a implementação de novas tecnologias no escopo do Fórum Democrático para o Desenvolvimento de Minas Gerais³⁶ realizado em 2011. A autora concluiu que “os investimentos em canais digitais de interlocução com a sociedade se mostram mais como novas formas de acesso para quem já participa de arenas de debate e decisão, do que instrumentos para incluir outros cidadãos nesse processo” (SOARES, 2013, p. 123).

³⁶O fórum englobou rodadas de discussões no Plenário da ALMG, entre os dias 15 e 24 de fevereiro de 2011 e uma consulta pública pela internet, que recebeu contribuições entre os dias 1 e 28 de fevereiro de 2011. Também foram feitas consultas a deputados e especialistas da ALMG. (Portal da ALMG, disponível em: https://www.almg.gov.br/acompanhe/eventos/hotsites/2011/forum_democratico/index.html)

Portanto, ao analisar os resultados das duas pesquisas realizadas por Fuks (2010) e Soares (2013) em conjunto com os dados obtidos com os respondentes do questionário, podemos notar que os resultados se assemelham. Apesar da implementação de novos canais de comunicação, a divulgação das atividades realizadas na ALMG ainda se restringe, em boa parte, àqueles que acessam o Portal da ALMG. Contudo, nota-se o interesse dos respondentes em se capacitar e participar das ações do Poder Legislativo mineiro se fossem notificados por outros meios de comunicação.

Ressalta-se que houve seis respondentes que realizaram o curso mais de uma vez. Também foi possível captar o perfil de participantes que nunca tiveram experiência com o ensino a distância e daqueles que não conheciam a plataforma da ALMG, e que só passaram a conhecer por causa do curso. Essa primeira experiência em EaD pode ser um fator motivador para despertar o interesse da sociedade em participar das ações realizadas na ALMG. Sendo assim, é importante ressaltar as ferramentas utilizadas para a realização do curso.

Em relação ao material utilizado, carga-horária disponibilizada e as atividades de revisão, algumas opiniões divergiram em alguns pontos. Houve quem questionasse a carga-horária e a linguagem utilizada nos materiais.

Gostei do formato e da organização das atividades que seguem uma ordem lógica. Os fóruns são importantes para a população tirar as suas dúvidas, mas percebi que poucas pessoas utilizam, comparando a um outro curso que fiz na ELE sobre Controles da Administração pública, que teve muita participação dos participantes no fóruns e compartilhamento de experiências. Nesse curso, achei a participação muito baixa. (Entrevista 1)

Eu achei o curso bem tranquilo. O texto é bem explicativo e com a linguagem bem explicativa. A carga horária e o tempo disponibilizado para fazer o curso, com planejamento para fazer as leituras e atividades é possível finalizar sem grandes problemas. Creio que para alguém que trabalha, estuda ou tenho tempo limitado, com planejamento do tempo consegue realizar todas as atividades. O formato de EaD creia que seja o ideal, pois o formato presencial, querendo ou não, é bem elitizado. Nem todo mundo tem disponibilidade de tempo e locomoção até o espaço. O EaD pode ser uma porta de entrada para o cidadão conhecer a Casa e querer voltar para participar das ações. (Entrevista 2)

O formato e carga-horária foram o adequado e o material de apoio excelente, porém nas atividades você tem apenas uma tentativa para responder as perguntas. (...) O certificado é importante para algumas pessoas, pois isso é um certificado que a pessoa está apta para lidar com aquele sistema e assunto. Às vezes, a pessoa erra a questão e com seu erro acaba aprendendo o conteúdo. Eu acho que deveria ter mais tentativas para a resolução das atividades. (Entrevista 3)

A princípio o curso, nos primeiros módulos, foi bem sintético, porém ao decorrer dos outros módulos, quando começou a apresentar as peças orçamentárias de Minas Gerais, mudou para uma maneira mais dinâmica. Achei o curso muito extenso para ser realizado em 15 horas, porém apesar da linguagem técnica, ela é acessível e temos tutor disponível para responder as dúvidas. (Entrevista 4)

O conteúdo ministrado no curso “Planejamento e Orçamento Público” possui um caráter que vai além de uma capacitação para participar das audiências de discussão do PPAG. O curso pode contribuir também para a formação política e redução das assimetrias informacionais entre Poder Público e Sociedade Civil. Os respondentes destacaram alguns pontos em que o curso e o ensino a distância podem contribuir na participação política dos respondentes. Entre eles, o objetivo do curso foi citado e reforçaram a importância das capacitações voltadas para a participação da sociedade civil.

Informando os cidadãos sobre os processos administrativos de uma gestão, o que colabora com a transparência. (Questionário 19)

Torna um cidadão mais consciente (Questionário 23)

Contribuiu para o conhecimento da sociedade em questões específicas. (Questionário 24)

Através da conscientização popular e estímulo a uma participação mais ativa na democracia brasileira e mineira. (Questionário 26)

Contribui de uma forma agregativa, para pessoas que participam ativamente de movimentos sociais, pois fornece a elas uma base teórica sobre as políticas estaduais. (Questionário 42)

Trazendo até o cidadão a informação, capacitando-o primeiramente. (Questionário 43)

Mostrando como os cidadãos podem participar da elaboração e fiscalização do orçamento público. (Questionário 47)

Outras contribuições em práticas participativas citadas pelos respondentes foram relacionadas à transparência e à fiscalização das ações do Poder Público. Destaco também, o respondente que citou que o conhecimento adquirido pode ser aplicado de forma agregativa em favor dos movimentos sociais, a fim de conseguir atingir os seus objetivos de mudança social através da política.

Entre os respondentes, mapearam-se seis que pertencem a alguma associação, sindicato, movimento social ou ONGs, como: Núcleo Assistencial Veleiro da Esperança (Nave), Pró-vida Comunidade Terapêutica, Associação de Apoio ao Deficiente da Liberdade (AADL), Sindicato dos Servidores da Justiça de Primeira Instância do Estado de Minas Gerais (SERJUSMIG), Parlamento Jovem de Minas e Associação dos servidores do Legislativo de Município de Ipatinga. Nota-se, ainda, que há nove respondentes filiados a partidos políticos, como PSDB, PSOL, Rede, Partido Verde, PSL, Democratas e Patriotas.

As informações anteriores mostram o envolvimento de alguns respondentes com algumas práticas de participação política e social. Entre os respondentes houve 32 que se consideraram como politicamente ativos por meio de justificativas e ações diversificadas.

Desse modo, quando questionados sobre o que os levava a serem ativos, o conceito de politicamente ativo mostrou-se polissêmico.

Defendo minha posição ideológica nos variados espaços da vida (trabalho, faculdade, em casa, em encontros com amigos etc.) (Questionário 4)

Porque tento acompanhar as ações cotidianas do poder público e conversar sobre os efeitos destas ações para a sociedade. (Questionário 34)

Opino e participo como membro de colegiados (Questionário 36)

Sempre procurei participar politicamente das decisões em meu município, e hoje, mais ainda, conforme já disse, sou vereadora e procuro atuar junto ao poder Executivo, fiscalizando a execução do orçamento e sempre buscando melhorias para meu município. (Questionário 37)

Pois participo de um grande projeto de iniciação política, promovido pela assembleia legislativa de Minas em parceria com a PUC Minas e as Câmaras Municipais. O Parlamento Jovem (Questionário 42)

Por que além de estudar Gestão Pública, busco estar atuante no cenário onde vivo e contribuindo de alguma forma para melhorar não só a minha vida como a de todos ao meu redor. (Questionário 46)

Entre as justificativas apresentadas, destaco a do respondente que citou o Parlamento Jovem, que promove formação política voltado aos estudantes do ensino médio dos municípios mineiros. Essa ação é realizada pela ALMG, por meio da Escola do Legislativo, e em parceria com diversas câmaras municipais mineiras e a PUC Minas. Para os jovens participantes é uma oportunidade de conhecer o Poder Legislativo e os seus instrumentos de participação.

Contudo, houve aqueles respondentes que não se consideram politicamente ativos, sendo que alguns manifestam interesse em se tornar ativos, após finalizar o curso de graduação e cursos online, e também houve aqueles que afirmam não desejar nenhum engajamento por não acreditar na política brasileira.

Pretendo iniciar essa trajetória a partir de agora, com participações na cidade, cursos online e através da minha graduação. (Questionário 10)

Apesar de um conhecimento considerável, ainda não cobro o montante que quero fazer em um futuro próximo. (Questionário 18)

Não acredito na política brasileira (Questionário 47)

Entre os respondentes, como já apresentado anteriormente, houve quem se considerasse politicamente ativo, afirmando acreditar que o curso poderia contribuir em diversas práticas participativas, desde um debate informal sobre política até outros tipos mais

formais de práticas.

Acredito que estarei apto a abordar e debater com demais pessoas que se interessam pelo assunto, podendo formar em conjunto pensamentos e opiniões de caráter conscientizador, pois só assim acredito em uma mudança. (Questionário 14)
Ficarei mais atenta aos PPA's dos diferentes governos e assim poderei cobrar a realização dos mesmos. (Questionário 19)

O conhecimento da máquina pública, suas estruturas e funcionalidades conduz para cidadãos mais ativos, críticos e conscientes. O curso agregou conhecimento de maneira prática, me surpreendendo positivamente em várias atividades. (Questionário 25)

Entender melhor como é feito o orçamento, e como é a organização dos gastos e as respectivas justificativas dadas pelo estado de Minas Gerais nos projetos realizados. (Questionário 26)

O curso, mesmo que indiretamente, auxilia no conhecimento sobre as políticas do Estado. Abre a visão sobre as ferramentas disponibilizadas para o acompanhamento da execução dos planos e ações do Estado. (Questionário 38)

Nas práticas políticas que incorporam a participação da população no processo de discussão e de tomada de decisões políticas, o conhecimento prévio sobre determinados assuntos pode tornar os debates mais produtivos e transformar os resultados mais benéficos, de modo que a participação da sociedade civil nas esferas de tomada de decisão é importante para que as decisões tomadas sejam correspondentes com a realidade dos que serão direta ou indiretamente impactados por tal ação.

A participação da sociedade civil na política é fundamental. A sociedade civil é o receptor direto das ações do poder público. Quanto mais ela conhece o processo de formulação das leis e das peças orçamentárias, mais ela pode cobrar dos Poderes e assim tornar mais efetivas as suas demandas. O curso dá uma visão boa sobre como funciona o orçamento do governo de Minas Gerais, apesar de existirem outros meios de adquirir o conhecimento sobre este assunto, acho que quem faz este curso está mais apto a lidar com esse assunto. (Entrevista 4)

A participação da sociedade civil na política é reconhecida por parte dos respondentes como importante, porém trazê-los para os espaços de participação é um desafio para as instituições públicas. Talvez este seja um desafio fundamental para a ALMG, pois dentre os 318 inscritos no curso, 228 inscritos foram infrequentes, isto é, não realizaram nenhuma atividade no curso. Sendo assim, a oportunidade de capacitação existiu, mas isso não necessariamente representou um incremento na formação cidadã, dado o alto grau de evasão.

O participante durante o curso começa a se interessar mais sobre o destino do seu dinheiro, como é feito esse planejamento e depois questionar sobre como são feitas as distribuições. Porém, trazer a população para dentro das esferas de tomada de decisão é muito difícil, nesse caso seriam necessários outros mecanismos, além de fornecer cursos a distância. Mas esse é o caminho. (Entrevista 2)

Entre as diversas práticas participativas, as audiências de discussão participativa de elaboração e revisão do PPAG são exemplos de práticas participativas adotadas pela ALMG. Em 2017, foi realizada a revisão do PPAG 2016-2019, para o ano de 2018, que teve o curso “Planejamento e Orçamento Público” como capacitação, e em relação ao curso e as audiências notou-se que boa parte dos respondentes possui interesse em participar das discussões, porém as motivações que o levaram a realizá-lo divergem do objetivo principal do curso. Entre os respondentes, somente seis afirmaram já ter participado de alguma das discussões do PPAG realizadas pela ALMG, nos anos anteriores, ainda que 16 demonstrassem interesse fazê-lo em 2017.

Entre os 840 participantes das audiências, em 2017, 12 participantes do curso a distância participaram das etapas de Discussão Participativa de Revisão do PPAG 2016-2019 para 2018, sendo onze participantes na etapa de Belo Horizonte e um na etapa de Montes Claros.

Em entrevista com um participante da audiência e também do curso ele destacou a importância do curso e de como ter um conhecimento prévio sobre o funcionamento da dinâmica orçamentária mineira ajudou na sua participação. Isso reforça a importância das capacitações para a inclusão da sociedade civil na construção das políticas públicas, posto que o desentendimento de determinados processos de formulação de peças orçamentárias pode ser um fator que impossibilita a participação da sociedade civil.

Ter conhecimento prévio sobre o assunto ajuda participar da discussão de uma forma mais dinâmica, mas trazer a linguagem técnica para a popular, para a população em geral seria importante. (Entrevista 1)

Outro comentário realizado pelo entrevistado sobre a linguagem também foi questionado em relação ao curso “Planejamento e Orçamento Público” pelos respondentes dos questionários.

O formato do curso, principalmente as atividades, eu acho que é voltado principalmente para quem tem um leve conhecimento sobre o assunto ou trabalha na área. Para você atingir um público que não tem muito conhecimento da área, seria necessário trabalhar um pouco a linguagem. A linguagem não é popular, a pessoa que não tem conhecimento sobre o assunto se perde e a participação da sociedade civil é extremamente importante. (Entrevista 1)

Todavia, levando em consideração um dado apresentado anteriormente de que boa parte dos participantes do curso possui ensino superior completo ou incompleto, talvez a

linguagem utilizada não seja um fator de impedimento para realizar o curso e participar das audiências. Porém, se o objetivo do curso é reduzir a assimetria informacional para promover participação qualificada, seria importante pensar questões de linguagem e acesso ao conteúdo trabalhado. Pois, a linguagem se relaciona à questão de uma maior capacidade inclusiva além de fomentar a educação e aprendizado político.

5 CONCLUSÃO

A trajetória do ensino a distância na Escola do Legislativo da Assembleia Legislativa de Minas Gerais passou por diversos aprimoramentos e transformações que possibilitaram que a mesma realizasse as atividades pretendidas. Durante este processo, a instituição preocupou com a qualidade dos materiais oferecidos e satisfação do participante, disponibilizando conteúdos diversos que contribuíssem, principalmente, para a formação política e cidadã do participante. Dentre os cursos oferecidos, o curso “Planejamento e Orçamento Público” possui uma peculiaridade em relação aos demais oferecidos, pois está ligado diretamente a uma ação específica da ALMG de promover audiências de discussão participativa sobre o PPAG de Minas Gerais. Porém, neste curso, em que o objetivo é subsidiar o PPAG, o seu objetivo parece não se efetivar completamente, ainda que o EaD possa cumprir função de redução de assimetrias informacionais e alimentar outras práticas participativas que pode ir além da ALMG.

Os objetivos deste trabalho foram descrever a trajetória da plataforma de ensino a distância criada pela ALMG e analisar o curso “Planejamento e Orçamento Público” como uma ferramenta de capacitação da sociedade civil nas práticas participativas. As metodologias utilizadas para atingir os objetivos foram a análise de documentos e aplicação de questionários. Também foram feitas algumas entrevistas com os participantes do curso, para dar suporte à análise.

O curso, apesar de ter como público alvo os participantes das audiências de discussão participativa do PPAG de Minas Gerais, conseguiu abranger um público que vai além do proposto. Quase todos os respondentes procuraram o curso por interesse pelo assunto ou para aprimoramento profissional. Dentre eles, alguns nem sabiam que a sociedade civil podia participar do processo de elaboração das peças orçamentárias de Minas Gerais e demonstraram interesse em participar das próximas edições e que os conhecimentos adquiridos poderiam ser aplicados em outras atividades políticas.

A inclusão das TICs ao mesmo tempo em que possui suas praticidades e possibilidades, pode gerar a exclusão de um público que ainda não possui acesso a estas tecnologias. Esse foi outro ponto importante apresentado pelos respondentes. Destacou-se a relevância dessas tecnologias e de que o poder público tem que estar presente onde as pessoas estão, sem restrição de públicos e aberta a participação de todos.

Diante do exposto neste trabalho, percebe-se que a inclusão das TICs no poder público precisa ocorrer de forma consciente e deliberada, para que assim se consiga atingir os

objetivos pretendidos. Este trabalho pode contribuir para que os gestores públicos e outros fomentadores de políticas públicas possam conhecer o impacto das suas ações realizadas por meio das novas tecnologias que estão presentes no nosso dia-a-dia e promover a participação da sociedade civil nas ações do Poder Público. Essas novas tecnologias devem ser sinônimo de inclusão, e não de exclusão. A participação da sociedade civil nos processos de decisão do poder público é importante e precisa ser fomentada pelas instituições, partindo do princípio de que vivemos em uma democracia e que todos têm o direito a participação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARAUJO, E.A. de. **Informação, sociedade e cidadania no contexto de organizações não-governamentais (ONGs) brasileiras.** *Ciência da Informação*, v.28, n.2, 1999.
- AVRITZER L. **Modelos de deliberação democrática: uma análise do orçamento participativo no Brasil.** In: SANTOS, B. S. (Organizador.) **Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; 2002.
- BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. **Educação para a democracia.** Lua Nova, São Paulo, n. 38, p. 223-237, dez. 1996. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010264451996000200011&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 23 março de 2018.
- BOBBIO, Norberto. **Estado, Governo, Sociedade; por uma teoria geral da política** (tradução Marco Aurélio Nogueira), 7ª edição, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- BRITO, Flávia; FREIXO, Aurora L.; SILVA, Rubens RG. **O conceito de democracia participativa aplicado à prestação de serviços públicos na sociedade da informação.** Encontro Nacional de Ensino e Pesquisa da Informação—Cinform VII. Anais. Salvador: Cinform, 2007.
- CHAUÍ, M. **Cultura e democracia.** 3.ed. São Paulo: Cortez, 1989.
- COSSON, Rildo. **Escolas do legislativo, Escolas de democracia.** Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2008.
- COSSON, Rildo. **Educação no Legislativo, educação do Legislativo, educação legislativa. Assembleia Legislativa.** Escola do Legislativo. Relatório de atividades da Escola do Legislativo: 2011. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa de Minas Gerais, 2012, pg 9-15.
- ENDLER, Antônio Marcos. **Governo Eletrônico: A Internet Como Ferramenta De Gestão Dos Serviços Públicos.** REAd – Edição 14 Vol. 6 No. 2, mar-abr 2000
- FIGUEIREDO, Júlia Moreira de. SARAIVA, João Victor Martins. **Práticas participativas em parlamentos.** Projeto “Práticas Participativas”. Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, Setembro de 2016.
- FUKS, Mario. **Mudança institucional e opinião pública: estimando os efeitos da cobertura da ALMG realizada pelo Jornal Estado de Minas (1987-1994 e 1999-2002).** Revista Brasileira de Ciência Política, v. 4, p. 257, 2010.
- GARCIA, Alexandre Navarro. **Democracia semidireta: referendo, plebiscito, iniciativa popular e legislação participativa.** Revista de informação legislativa, v. 42, n. 166, p. 9-22, abr./jun. 2005
- GEDOZ, S.T. **Um estudo sobre a ideia de democracia no Brasil nas décadas de 1970-1980.** Unisinos, Brasil, s/d.
- LESTON-BANDEIRA, Cristina. **The impact of the internet on Parliaments: a legislative**

studies framework. Parliamentary Affairs, v. 60, n. 4, p. 655-674, 2007.

LESTON-BANDEIRA, Cristina; TIBURCIO, Thiago (2015). **O Futuro da Representação Parlamentar.** In: FREIRE, André (org.). O Futuro da Representação Política Democrática. Lisboa: Nova Veja. 2015.

LÉVY, Pierre. **As tecnologias da inteligência.** São Paulo: Editora 34, 1993.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura.** São Paulo: Editora 34, 1999.

MAGALHÃES, Maria Regina Alvares. **A participação popular no Legislativo Mineiro da CE/89 à criação da Comissão de Participação Popular.** Belo Horizonte: ALMG, s/d.

MAIA, Carmem; MATTAR, João. **ABC da EaD: a Educação a Distância hoje.** 1ª edição. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007. 138 p.

MARTINS, C.O.C. **Processos Participativos nas Assembleias Legislativas: Estrutura, Dinâmicas e Limites.** Dissertação (Doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Ciência Política. 2012.

MELO, William Maximiliano Carvalho de. **As Escolas do Legislativo no contexto de modernização do Parlamento Brasileiro : um estudo de casos múltiplos : EL-ALMG, CEFOR, ILB-INTERLEGIS.** Orientador: Fernando de Souza Coelho. – São Paulo, 2015

MENDONÇA, Ricardo Fabrino, CUNHA, Eleonora Schettini Martins. **Relatório: aprimoramento de eventos da ALMG.** Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de Ciência Política, 2012. 255 p.

MINAS GERAIS. Assembleia Legislativa. **Direcionamento Estratégico da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais – ALMG.** Resolução N° 5.334, de 15 de julho de 2010.

MINAS GERAIS. Assembleia Legislativa. Diretoria de Processo Legislativo. Gerência-Geral de Consultoria Temática. Gerência de Acompanhamento e Avaliação de Políticas Públicas.

MINAS GERAIS. Assembleia Legislativa. Escola do Legislativo. **Curso Planejamento e Orçamento Público.** Belo Horizonte: ALMG, 2010.

MINAS GERAIS. Assembleia Legislativa. Escola do Legislativo. **Curso Planejamento e Orçamento Público.** Belo Horizonte: ALMG, 2011.

MINAS GERAIS. Assembleia Legislativa. Escola do Legislativo. **Curso Planejamento e Orçamento Público.** Belo Horizonte: ALMG, 2012.

MINAS GERAIS. Assembleia Legislativa. Escola do Legislativo. **Curso Planejamento e Orçamento Público.** Belo Horizonte: ALMG, 2013.

MINAS GERAIS. Assembleia Legislativa. Escola do Legislativo. **Curso Planejamento e Orçamento Público.** Belo Horizonte: ALMG, 2014.

MINAS GERAIS. Assembleia Legislativa. Escola do Legislativo. **Curso Planejamento e Orçamento Público**. Belo Horizonte: ALMG, 2015.

MINAS GERAIS. Assembleia Legislativa. Escola do Legislativo. **Curso Planejamento e Orçamento Público**. Belo Horizonte: ALMG, 2016.

MINAS GERAIS. Assembleia Legislativa. Escola do Legislativo. **Curso Planejamento e Orçamento Público**. Belo Horizonte: ALMG, 2017.

MINAS GERAIS. Assembleia Legislativa. Escola do Legislativo. **Relatório de atividades da Escola do Legislativo: 2003**. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, 2004.

MINAS GERAIS. Assembleia Legislativa. Escola do Legislativo. **Relatório de atividades da Escola do Legislativo: 2004**. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, Escola do Legislativo, 2005.

MINAS GERAIS. Assembleia Legislativa. Escola do Legislativo. **Relatório de atividades da Escola do Legislativo: 2005**. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, Escola do Legislativo, 2006.

MINAS GERAIS. Assembleia Legislativa. Escola do Legislativo. **Relatório de atividades da Escola do Legislativo: 2006**. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, Escola do Legislativo, 2007.

MINAS GERAIS. Assembleia Legislativa. Escola do Legislativo. **Relatório de atividades da Escola do Legislativo: 2007**. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, Escola do Legislativo, 2008.

MINAS GERAIS. Assembleia Legislativa. Escola do Legislativo. **Relatório de atividades da Escola do Legislativo: 2008**. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, Escola do Legislativo, 2009.

MINAS GERAIS. Assembleia Legislativa. Escola do Legislativo. **Relatório de atividades da Escola do Legislativo: 2009**. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, Escola do Legislativo, 2010.

MINAS GERAIS. Assembleia Legislativa. Escola do Legislativo. **Relatório de atividades da Escola do Legislativo: 2010**. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, 2011.

MINAS GERAIS. Assembleia Legislativa. Escola do Legislativo. **Relatório de atividades da Escola do Legislativo: 2011**. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, 2012.

MINAS GERAIS. Assembleia Legislativa. Escola do Legislativo. **Relatório de atividades da Escola do Legislativo: 2012**. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, 2013.

MINAS GERAIS. Assembleia Legislativa. Escola do Legislativo. **Relatório de atividades da Escola do Legislativo: 2013**. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, 2014.

MINAS GERAIS. Assembleia Legislativa. Escola do Legislativo. **Relatório de atividades da Escola do Legislativo: 2014**. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, 2015.

MINAS GERAIS. Assembleia Legislativa. Escola do Legislativo. **Relatório de atividades da Escola do Legislativo: 2015**. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, 2016.

MINAS GERAIS. Assembleia Legislativa. Escola do Legislativo. **Relatório de atividades da Escola do Legislativo: 2016**. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, 2017.

MINAS GERAIS. Constituição (1989). **Constituição do Estado de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, 2012. Disponível em: <<https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa-nova-min.html?tipo=CON&num=1989&ano=1989>>. Acesso em: 11 out. 2017.

MORAIS, Lorryne Júnia. **A Discussão Do Plano Plurianual De Ação Governamental Na Assembleia Legislativa Do Estado De Minas Gerais: Análise Dos Formatos Das Dinâmicas Participativas Dos Anos De 2014, 2015 e 2016**. 2017. 75 p. Trabalho De Conclusão de Curso. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017.

PATEMAN, Carole. **Participação e Teoria Democrática**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

PAULA, Lorena Tavares de; MOURA, Maria Aparecida. **A cultura informacional e os ambientes virtuais de aprendizagem: interações informacionais para a Educação a Distância (EaD)**. Educação & Tecnologia, [S.l.], v. 15, n. 2, maio/agosto. 2010.

PEREIRA, Danilo Moura; SILVA, Gislane Santos. **As Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) como aliadas para o desenvolvimento**. Cadernos de Ciências Sociais Aplicadas, Ano 7, nº 8, jul/dez (publicação: 20/08/2012)

PINTO, A. Marcianinha. **As novas tecnologias e a educação**. In: V Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul, 2004, Curitiba. Anais do V Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul. Curitiba: Editora da PUC, 2004. v. 1. p. 1-7.

REIS, Marcelo Loureiro. **REFORMA DO ESTADO: da Administração Burocrática à Administração Pública Gerencial: o caso brasileiro**. Revista Foco, v. 7, n. 1, p. 104-137, 2014

RESENDE, Antônio José Calhau de. **As funções do Poder Legislativo**. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, Escola do Legislativo, 2015.

RIBEIRO, Guilherme; OLIVEIRA, Marta Parker Andrade; DUARTE, Patrícia de Souza. **O que significa trabalhar em rede?**. Assembleia Legislativa. Escola do Legislativo. Relatório de atividades da Escola do Legislativo: 2011. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa de Minas Gerais, 2012, pg. 17-27

RIBEIRO, Guilherme; SOUZA, Simone M. de. **A educação a distância na escola do Legislativo da Assembleia legislativa de Minas Gerais: Trajetórias e diretrizes**. Belo Horizonte. Anais do V Seminário Internacional de Educação a Distância: meios, atores e processos. CAED-UFGM. Belo Horizonte, 2013.

SANTOS, Clodogil Fabiano Ribeiro dos. **Tecnologias de informação e comunicação**. 2014.

SILVA, C. T. A.; GARÍGLIO, J. A. **A formação continuada de professores para o uso das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC): o caso do projeto Escolas em Rede, da Rede Estadual de Educação de Minas Gerais**. Revista Diálogo Educacional, Curitiba, v. 10, n. 31, p. 481-503, set./dez. 2010.

SOARES, Grazielle Mendes. **Cidadania online: o papel das novas tecnologias de informação e comunicação na ampliação do acesso à participação popular no legislativo mineiro**. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Belo Horizonte, 2013.

SOUZA, Simone Mordente de. **Tudo junto e misturado: Usos do Moodle na Escola do Legislativo da ALMG**. Assembleia Legislativa. Escola do Legislativo. Relatório de atividades da Escola do Legislativo: 2015. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa de Minas Gerais, 2016.

SCHUMPETER, Joseph. **Capitalismo, Socialismo e Democracia**. Rio de Janeiro: Ed. Fundo de Cultura, 1961.

Wyckoff, Andrew. *The Economic and Social impact of Eletronic Commerce Organization for Economic Co-operation and Development* (OECD), 1999.

APÊNDICES

Apêndice 1: Perguntas do questionário

Objetivo	Perguntas
Identificar os participantes	1. Qual é o seu nome? 2. Qual a sua idade? 3. Em qual cidade você reside atualmente? 4. Qual é o seu gênero? 5. Qual a sua ocupação? 6. Qual a sua escolaridade? 7. Você participa de alguma associação / sindicato / movimento social / organização não governamental (ONG)? Caso participe de alguma associação/sindicato/movimento social /ONG: Qual o nome da associação? Há quanto tempo participa? 8. Você é filiado a algum partido político? Se sim, qual partido político?
Buscar informações sobre: ensino a distância, a plataforma utilizada pela ALMG, as expectativas dos participantes sobre o curso do EaD e se o curso contribuiu para a sua formação política.	9. Antes de fazer o curso "Planejamento e Orçamento Público" oferecido pela ALMG, você já havia realizado algum curso a distância? 10. Antes de fazer o curso "Planejamento e Orçamento Público", você já conhecia ou já tinha ouvido falar da plataforma de ensino a distância da ALMG? 11. O que você achou da plataforma de ensino a distância e das ferramentas utilizadas para a realização do curso? 12. Como você foi informado sobre ao curso "Planejamento e Orçamento Público"? 13. Você já realizou o curso "Planejamento e Orçamento Público" mais de uma vez? 14. Por que você decidiu fazer o curso "Planejamento e Orçamento Público" da ALMG? 15. De que forma você acha que o curso "Planejamento e Orçamento Público" contribuiu para a sua formação política?
Identificar os participantes do curso que já participaram ou que pretendiam participar da Discussão Participativa da Revisão do PPAG 2016-2019 para 2018	16. Você já participou de alguma das discussões do PPAG realizadas pela ALMG? 17. Você participou da Discussão Participativa da Revisão do PPAG 2016-2019 para 2018? Se sim, em qual cidade? Qual eixo/tema?
Buscar informações sobre a participação política dos participantes	19. De que forma você acha que o Ensino a Distância pode contribuir para a participação política? 20. Você se considera um cidadão politicamente ativo? Por quê?
Identificar os participantes que teriam disponibilidade para as entrevistas	21. Você teria disponibilidade para ser entrevistado pessoalmente ou via telefone após a Discussão Participativa da Revisão do PPAG 2016-2019 para 2018?

Fonte: Elaboração própria

Apêndice 2: Roteiro das Entrevistas

Objetivos	Perguntas da Entrevista
Analisar a implementação das TICs e do ensino a distância nos órgãos públicos, do ponto de vista do participante.	1. Qual a sua opinião sobre a implementação das novas tecnologias de informação e o ensino a distância nos órgãos públicos?
	2. Você acha que as TICs e o ensino a distância contribuem para reduzir assimetrias informacionais e fomentam a participação popular? Qual é o papel da informação para a participação política?
Identificar quais as motivações dos participantes do curso “Planejamento e Orçamento Público” e sua avaliação do curso	3. Antes de realizar o curso “Planejamento e Orçamento Público”, você já tinha realizado alguma outra atividade ou curso com o tema de planejamento e orçamento público?
	4. Você acha que o curso “Planejamento e Orçamento Público” pode contribuir na participação da sociedade civil na política?
	5. Você acha que o formato utilizado para realizar o curso foi o adequado?
Identificar quais foram as contribuições do curso para a participação discussão participativa do PPAG	6. O que você achou das audiências de discussão participativa do PPAG 2016-2019, revisão 2018?
	7. Você achou que o material oferecido pelo curso “Planejamento e Orçamento Público” oferecido pela ELE/ALMG contribuiu para a sua participação na discussão participativa do PPAG?

Fonte: Elaboração própria

ANEXOS

ANEXO 1 - Cursos oferecidos na plataforma de ensino a distância pela Escola do Legislativo da ALMG em 2010

Atividades	Período/ Data	Público	Carga Horária	Alunos Certificados
Treinando a Nova Ortografia	1/1 a 15/8	Cidadãos, agentes públicos e políticos, internos e externos à ALMG	6 horas	295
Poder e Processo Legislativos Municipais	24/5 a 3/7	Servidores de câmaras municipais de Minas Gerais	30 horas	33
História Política de Minas Gerais – Uma Introdução Crítica	30/8 a 7/10	Cidadãos, agentes públicos e políticos, internos e externos à ALMG	40 horas	47
Formação Política – Parlamento Jovem de Minas 2010	5/8 a 10/9	Servidores de câmaras municipais mineiras, monitores e estudantes do ensino médio, participantes da etapa municipal do Parlamento Jovem de Minas 2010	12 horas	35
Correspondência Oficial	18/10 a 18/12	Servidores de câmaras municipais de Minas Gerais	30 horas	9
Poder e Processo Legislativos Municipais	18/10 a 30/11	Servidores de câmaras municipais de Minas Gerais	30 horas	34
Planejamento e Orçamento Público	27/10 a 20/12	Servidores públicos, integrantes de organizações da sociedade civil e cidadãos interessados	12 horas	186
Noções de Ortografia (Turma Piloto)	22/11 a 22/12	Servidores da ALMG	10 horas	25
TOTAL			170 horas	664

Fonte: MINAS GERAIS. Assembleia Legislativa. Escola do Legislativo. **Relatório de atividades da Escola do Legislativo: 2010**. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, 2011. (p. 19)

ANEXO 2 - Cursos oferecidos na plataforma de ensino a distância pela Escola do Legislativo da ALMG em 2011

Atividade	Período	Público	Carga Horária	Participantes
Parlamento Jovem Minas 2011 – Democracia, Parlamento e Participação	28/2 a 1º/4	Monitores dos 16 municípios parceiros do projeto e estudantes das escolas de ensino médio participantes da etapa municipal do PJ Minas 2011	20 horas	31
Introdução à Educação a Distância	14/3 a 27/4	Servidores da ALMG que atuam em projetos de EaD	28 horas	27
Noções de Ortografia		Servidores da ALMG	10 horas	109
Processo Legislativo no Regimento Interno da ALMG – Turma-piloto	28/3 a 22/4	Servidores da ALMG	15 horas	46
História Política de Minas Gerais – Uma Introdução Crítica	11/4 a 20/5	Professores de História dos ensinos fundamental, médio e superior de Minas Gerais	30 horas	13
Recepção dos parlamentares da 17ª Legislatura – elaboração de textos legislativos – (Semipresencial) – 2 turmas (*)	25/4 a 20/5 e 27/4 a 20/5	Servidores dos gabinetes parlamentares	36 horas	16
Treinando a Nova Ortografia – livre inscrição	2/5 a 15/7 ou 30/6	Agentes públicos estaduais e municipais e público interessado	6 horas	155
Noções de Ortografia – livre inscrição	2/5 a 15/7 ou 29/7	Agentes públicos estaduais e municipais e público interessado	10 horas	105
Poder e processos legislativos municipais	2/5 a 10/6	Servidores de câmaras municipais de Minas Gerais	30 horas	24
CFAL – Disciplina: Estrutura e Funcionamento da ALMG – (Semipresencial)	3 a 22/6	Servidores aprovados no concurso da ALMG e empossados em março de 2011	30 horas	45
Programa de Formação de Multiplicadores – Orçamento Público Municipal: Etapa I/EaD (*)	1º/8 a 2/9	Servidores de câmaras municipais convidadas, que lidam com as questões relativas ao orçamento público	30 horas	11
CFAL – Disciplina: Estrutura e Funcionamento da ALMG – (Semipresencial)	16 a 24/8	Servidores aprovados no concurso da ALMG e empossados em julho de 2011	30 horas	23
Processo Legislativo no Regimento Interno da ALMG – nível básico	5 a 30/9	Jornalistas das Gerências Gerais de Imprensa e Divulgação e de Rádio e Televisão	15 horas	18

Processo Legislativo no Regimento Interno da ALMG – nível básico	5 a 30/9	Servidores da ALMG	15 horas	14
Introdução à Logística	12/9 a 14/10	Consultores da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará e do Executivo estadual	30 horas	17
Planejamento e Orçamento Público	5/10 a 23/12	Todo cidadão interessado em conhecer e acompanhar o processo orçamentário do estado de Minas Gerais	12 horas	144
Programa de Formação de Multiplicadores – Orçamento Público Municipal: etapa II/ multiplicação – EaD – 3 turmas (*)	26/9 a 31/10	Vereadores e servidores de câmaras municipais de Minas Gerais	30 horas	92
CFAL – Disciplina: Estrutura e Funcionamento da ALMG – (Semipresencial)	17 a 25/10	Servidores aprovados no concurso da ALMG e empossados em setembro de 2011	30 horas	17
Curso – Políticas Públicas de Arquivo – turma-piloto	14/11 a 12/12	Servidores públicos e cidadãos interessados no tema, convidados pela ELE	16 horas	19
CFAL – Disciplina: Processo Legislativo – (Semipresencial)	-	Servidores aprovados no concurso da ALMG e empossados em setembro e outubro de 2011	30 horas	10
TOTAL			453 horas	936

Fonte: MINAS GERAIS. Assembleia Legislativa. Escola do Legislativo. **Relatório de atividades da Escola do Legislativo: 2011**. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, 2012. (p.36)

ANEXO 3 - Cursos oferecidos na plataforma de ensino a distância pela Escola do Legislativo da ALMG em 2012

Atividade	Período	Público	Carga Horária	Participantes
CFAL – Estrutura e Funcionamento da ALMG (Semipresencial)	17 a 24/1	Servidores aprovados no último concurso público da ALMG e empossados em novembro e dezembro de 2011	30 horas	6
Dilemas da Cidadania Brasileira	5 a 30/3	Monitores do Parlamento Jovem Minas 2012	20 horas	24
CFAL – Estrutura e Funcionamento da ALMG (Semipresencial)	23 a 27/4	Servidores aprovados no último concurso público da ALMG e empossados em novembro e dezembro de 2011	30 horas	39
Oficina de Redação	27/4 a 23/5	Monitores do Parlamento Jovem Minas 2012	15 horas	15
Introdução à Educação a Distância	2/5 a 1º/6	Servidores da ALMG e de instituições públicas convidadas que utilizam os recursos de EaD nas suas atividades de capacitação	20 horas	9
Elaboração Legislativa – Semipresencial (2 turmas)	21/5 a 28/6	Servidores da Prefeitura de Belo Horizonte e da Secretaria de Planejamento e Gestão Governamental (Seplag)	40 horas	31
Orçamento Público Municipal	28/5 a 01/7	Servidores das Câmaras Municipais de Minas Gerais que lidam com as questões relativas ao orçamento público	30 horas	23
Treinando a Nova Ortografia II	4/6 a 4/11	Servidores e público externo interessado, especialmente servidores das Câmaras Municipais de Minas Gerais	6 horas	124
Noções de Ortografia	4/6 a 4/11	Servidores e público externo interessado, especialmente servidores das Câmaras Municipais de Minas Gerais	10 horas	113
CFAL – Processo Legislativo – Semipresencial	1 12 a 15/6	Servidores aprovados no concurso da ALMG e empossados em março e abril de 2012	30 horas	61
Treinando a Nova Ortografia I	15/6 a 15/7	Servidores da ALMG convidados para compor turma piloto da nova plataforma de EaD da Assembleia	6 horas	12
CFAL – Estrutura e Funcionamento da ALMG (Semipresencial)	25/6 a 3/7	Servidores aprovados no concurso da ALMG e empossados em março e abril de 2012	30 horas	26
Processo Legislativo nos Estados da Federação Brasileira	13/8 a 10/10	Servidores e Parlamentares das Assembleias Legislativas do Brasil	45 horas	30
Cfal – Estrutura e Funcionamento da ALMG (Semipresencial)	3 a 17/9	Servidores aprovados no último concurso público da ALMG e empossados em julho e agosto de 2012	30 horas	15
Dilemas da Cidadania Brasileira	3 a 28/9	Servidores de Câmaras Municipais e público interessado	20 horas	34
TV Escola – Orçamento Público e Cidadania	10 a 30/9	Turma piloto formada por servidores da ALMG	15 horas	12

Atende Bem – Atendimento Nota 10	25/9 a 14/10	Servidores da Caop ³⁷ e da GSA	9 horas	30
CFAL – Processo Legislativo – (Semipresencial)	16/10 a 5/11	Servidores aprovados no último concurso público da ALMG e empossados em julho e agosto de 2012	30 horas	21
Planejamento e Orçamento Público	22/10 a 20/12	Representantes da sociedade civil que atuam nas audiências públicas de revisão do PPAG 2012-2015 e demais pessoas interessadas	12 horas	63
TV Escola – Orçamento Público e Cidadania	5/11 a 20/12	Vereadores e servidores das Câmaras Municipais de Minas Gerais	5 horas	19
Poder e Processo Legislativos Municipais (2 turmas)	5/11 a 20/12	Vereadores e servidores das Câmaras Municipais de Minas Gerais	25 horas	83
CFAL – Estrutura e Funcionamento da ALMG (Semipresencial)	19/11 a 10/12	Servidores aprovados no último concurso público da ALMG e empossados em julho e agosto de 2012	30 horas	10
Crase: entendendo e praticando	19/11 a 30/11	Turma piloto formada por servidores da ALMG	12 horas	9
Curso – Elaboração Legislativa – (Semipresencial)	21/11 a 4/12	Servidores da Corregedoria-Geral de Justiça do Estado de Minas Gerais	20 horas	1
TV Escola – Processo Legislativo: como são feitas as leis?	26/11 a 7/12	Público em geral	6 horas	27
Cerimonial Público	3 a 14/12	Vereadores e servidores das Câmaras Municipais de Minas Gerais	10 horas	31
TOTAL			536 horas	868

Fonte: MINAS GERAIS. Assembleia Legislativa. Escola do Legislativo. **Relatório de atividades da Escola do Legislativo: 2012**. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, 2013. (p.33)

³⁷CAOP - Central De Atendimento E Orientação De Pessoal - ALMG

ANEXO 4 - Cursos oferecidos na plataforma de ensino a distância pela Escola do Legislativo da ALMG em 2013

Atividade	Período	Público	Carga Horária	Participantes
Disciplina – Processo Legislativo	20/8 a 10/9	Servidora aprovada no concurso da ALMG, empossada em 2013	30 horas	1
Curso – Atendimento Nota 10	18/2 a 10/3	Servidores da ALMG	6 horas	67
Curso – Atendimento Nota 10 – Núcleo Vida – 4 turmas	18/2 a 10/3	Adolescentes trabalhadores da ALMG	24 horas	17
Curso – Crase: Entendendo e Praticando – Turma piloto	24/6 a 10/7	Servidores da ELE e servidores participantes do Núcleo de Estudos Linguísticos	8 horas	6
Curso – Processo Legislativo	20/8 a 10/9	Servidores da ALMG	11 horas	48
Curso - Emprego de Pronomes	16/9 a 20/10	Servidores convidados da ALMG e de escolas parceiras na Reap/MG	20 horas	41
Curso – Orçamento Público Municipal	8/2 a 24/3	Vereadores e servidores das câmaras municipais do Estado de Minas Gerais	30 horas	42
Curso – Poder e Processos Legislativos Municipais	18/2 a 24/3		25 horas	87
Curso – Cerimonial Público	18/2 a 24/3		10 horas	40
Curso – Atendimento Nota 10	12/3 a 5/4		8 horas	30
Curso – Poder e Processo Legislativos Municipais	16/10 a 23/11	Vereadores e servidores das câmaras municipais do Estado de Minas Gerais	25 horas	40
Curso– TV Escola: Orçamento Público e Cidadania	18/3 a 19/4	Monitores PJ Minas 2013	5 horas	21
Curso– TV Escola: Como as leis são feitas	18/3 a 19/4		5 horas	21
Curso Ead – Curso de Redação	15/4 a 3/5		12 horas	16
Curso – TV Escola – Processo Legislativo: como as leis são feitas?	18/2 a 31/3	Público interessado em conhecer a temática do processo legislativo	6 horas	166

Curso – Treinando a Nova Ortografia	9/9 a 2/12	Servidores da ALMG e público externo interessado	6 horas	45
Curso – Noções de Ortografia	9/9 a 2/12	Servidores da ALMG e público externo interessado	10 horas	63
Curso – Crase: Entendendo e Praticando	9/9 a 2/12	Servidores da ALMG e público externo interessado	8 horas	67
Curso – Planejamento e Orçamento Público	14/10 a 15/12	Representantes da sociedade civil, participantes das audiências públicas de revisão do PPAG e demais pessoas interessadas	12 horas	68
TOTAL			261 horas	886

Fonte: MINAS GERAIS. Assembleia Legislativa. Escola do Legislativo. **Relatório de atividades da Escola do Legislativo: 2013**. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, 2014.

ANEXO 5 - Cursos oferecidos na plataforma de ensino a distância pela Escola do Legislativo da ALMG em 2014

Atividade	Período	Público	Carga Horária	Participantes
Atendimento Nota 10	24/3 a 16/4	Servidores da ALMG e público externo	6 horas	47
Planejamento e Mobilidade Urbana	11/8 a 21/9	Técnicos e agentes políticos envolvidos em projetos e programas de mobilidade urbana	30 horas	32
Curso EaD – A Câmara Municipal e o Processo Legislativo	18/8 a 23/9	Vereadores e servidores de Câmaras Municipais dos Estados do Rio de Janeiro e de Minas Gerais	25 horas	78
Planejamento e Mobilidade Urbana	25/8 a 4/10	Técnicos e agentes políticos envolvidos em projetos e programas de mobilidade urbana	30 horas	24
Controles na Administração Pública	22/9 a 10/10	Vereadores e servidores das câmaras municipais mineiras e público interessado.	25 horas	21
Oficina de Redação	15/5 a 15/7	Monitores do Parlamento Jovem de Minas com atuação nos municípios participantes.	12 horas	32
Introdução ao Federalismo Brasileiro	17/2 a 31/3	Servidores públicos, professores, estudantes e público interessado.	8 horas	113
Crase: Entendendo e Praticando	5 a 28/5	Servidores da ALMG e público interessado	8 horas	83
Treinando a Nova Ortografia	5 a 28/5	Servidores da ALMG e público interessado	6 horas	51
Treinando a Nova Ortografia	11/6 a 9/7	Servidores da ALMG e público interessado	6 horas	9
Crase: Entendendo e Praticando	11/6 a 9/7	Servidores da ALMG e público interessado	8 horas	23
Emprego de Pronomes	26/6 a 24/7	Servidores da ALMG e público interessado	8 horas	23
Crase: Entendendo e Praticando	7/10 a 11/11	Servidores da ALMG e público interessado	8 horas	84
Treinando a Nova Ortografia	7/10 a 11/11	Servidores da ALMG e público interessado	6 horas	107
Planejamento e orçamento Público	20/10 a 20/12	Representantes da sociedade civil, participantes das audiências públicas de revisão do PPAG e demais pessoas interessadas	12 horas	42
TOTAL			198	769

Fonte: MINAS GERAIS. Assembleia Legislativa. Escola do Legislativo. **Relatório de atividades da Escola do Legislativo: 2014**. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, 2015.

ANEXO 6 - Cursos oferecidos na plataforma de ensino a distância pela Escola do Legislativo da ALMG em 2015

Atividades	Período	Público	Carga Horária	Participantes
Seminário virtual: Diálogos sobre a Conjuração Mineira	25/3 a 29/4	Professores dos ensinos fundamental e médio e estudantes universitários do curso de História	20 horas	32
Curso: Mobilidade Urbana (2 turmas)	6/4 a 11/5	Servidores públicos e público interessado	10 horas	72
Seminário virtual: O Golpe Militar de 1964 e a ditadura militar no Brasil	15/5 a 10/6	Público em geral com curso superior completo ou em andamento	20 horas	23
Seminário virtual: Independência do Brasil	11/8 a 11/9	Professores dos ensinos fundamental e médio e estudantes universitários do curso de História	20 horas	23
Curso: Planejamento e Orçamento Público	16/10 a 1/12	Público interessado	15 horas	52
Curso: Treinando a Nova Ortografia	12/3 a 15/4	Servidores da ALMG e de demais órgãos públicos, e público em geral.	6 horas	97
	5/5 a 9/6			164
	25/8 a 24/9			37
	10/11 a 7/12			20
Curso: Crase: Entendendo e Praticando	12/3 a 15/4	Servidores da ALMG e de demais órgãos públicos, e público em geral.	8 horas	103
	5/5 a 9/6			195
	25/8 a 24/9			38
	10/11 a 7/12			43
Curso: Cerimonial em Organização de Eventos nas Instituições Públicas	15/4 a 13/5	Servidores da Câmara Municipal e da Prefeitura de Unaí e de municípios vizinhos	6 horas	4
Curso: Controles na Administração Pública	19/5 a 22/6	Prefeitos, vereadores e servidores públicos municipais.	25 horas	18
Curso: A Câmara Municipal e o Processo Legislativo	17/8 a 21/9	Vereadores e servidores de câmaras municipais dos Estados do Rio Grande do Norte e de Minas Gerais	25 horas	40
	3/11 a 9/12			35
Curso: Processo Legislativo nos Estados da Federação Brasileira	4/9 a 19/10	Servidores das assembleias legislativas, câmara distrital, Câmara dos Deputados e Senado Federal.	30 horas	26
TOTAL			179	1022

Fonte: MINAS GERAIS. Assembleia Legislativa. Escola do Legislativo. **Relatório de atividades da Escola do Legislativo: 2015**. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, 2016.

**ANEXO 7 – Cursos oferecidos na plataforma de ensino a distância pela Escola do Legislativo da
ALMG em 2016**

Atividades	Período	Público	Carga Horária	Participantes
Oficina de Regimento Interno	14/3 a 31/8	Servidores da ALMG que atuam como assessores na Gerência-Geral de Apoio às Comissões	60 horas	22
Curso: Treinando a Nova Ortografia	9/3 a 13/4	Servidores da ALMG e de demais órgãos públicos. Aberto ao público em geral	12 horas	198
	14/9 a 27/10			
Curso: Crase: entendendo e praticando	9/3 a 13/4	Servidores da ALMG e de demais órgãos públicos. Aberto ao público em geral	16 horas	169
	14/9 a 27/10			
Curso: Controles na Administração Pública	15/3 a 18/4	Servidores de legislativos e executivos municipais que atuam em áreas correlatas à temática do curso	50 horas	78
	8/11 a 6/12			
Curso: Cerimonial e organização de eventos nas instituições públicas	5/4 a 5/5	Servidores de câmaras municipais e outras instituições públicas que demandam conhecimentos sobre organização de eventos, cerimonial e comunicação	8 horas	22
Seminário Virtual de Escolas de Governo: compartilhando experiências	30/5 a 25/6	Servidores que estão lotados em escolas de governo ou que trabalham com qualificação e formação de agentes públicos	15 horas	28
Curso: Eleições 2016: uma abordagem jurídica	31/5 a 19/7	Candidatos a vereador, lideranças locais e público interessado	15 horas	42
Curso: Lei Federal de Fomento e Colaboração (Lei 13.019/2014)	26/9 a 13/10	Servidores públicos e profissionais das organizações da sociedade civil	40 horas	648
	17/11 a 5/12			
Curso: A câmara municipal e o processo legislativo	1 /11 a 6/12/16	Vereadores e servidores de câmaras municipais dos Estados de Santa Catarina e de Minas Gerais	25 horas	118
Curso: Mobilidade urbana: caminhos para a cidadania	2/2 a 27/5	Estudantes, coordenadores e monitores do PJ Minas	10 horas	66

Curso: Processo legislativo: como as leis são feitas?	2/2 a 27/5		8 horas	67
Curso: Dinâmica de grupos de trabalho e plenária	13/4 a 27/5		10 horas	440
Oficina de produção textual oral e escrita	13/4 a 27/5		15 horas	317
Seminário Virtual – Diálogos sobre a Conjuração Mineira	17/3 a 14/4	Professores dos ensinos fundamental e médio e estudantes universitários do curso de História	20 horas	58
Curso – Dilemas da Cidadania	5/4 a 5/5	Servidores públicos e público interessado	20 horas	33
Seminário Virtual – Independência do Brasil	4/8 a 6/9	Professores dos ensinos fundamental e médio e estudantes universitários do curso de História	20 horas	28
Curso – Tópicos de Direito Constitucional: federalismo e Poder Legislativo	22/8 a 14/12	Alunos do curso de Direito da PUC Minas e público interessado	20 horas	37
Seminário Virtual – Proclamação da República	19/10 a 16/11	Professores dos ensinos fundamental e médio e estudantes universitários do curso de História	20 horas	30
Curso - Planejamento e orçamento Público	20/10 a 20/12	Representantes de entidades da sociedade civil e público interessado	15 horas	12
TV Escola – Orçamento público e cidadania	1 /11 a 15/12	Estudantes e público interessado	5 horas	30
TOTAL			404 horas	2443

Fonte: MINAS GERAIS. Assembleia Legislativa. Escola do Legislativo. **Relatório de atividades da Escola do Legislativo: 2016**. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, 2017.